



Universidade de Brasília

Faculdade de Administração, Contabilidade, Economia e Gestão de Políticas
Públicas (FACE)

Departamento de Economia

Graduação em Ciências Econômicas

CAMILA LEOTTI BICALHO DO CARMO

Feminização da pobreza no Brasil no período 2004-2015

MONOGRAFIA

Brasília

Agosto de 2019

CAMILA LEOTTI BICALHO DO CARMO

Feminização da pobreza no Brasil no período 2004-2015

Monografia apresentada ao Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB) como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Daniela Freddo

Orientadora

Camila Gramkow

Banca Examinadora

Brasília
Agosto de 2019

Agradecimentos

Gostaria de agradecer à minha família, o meu lar chefiado por mulheres, que sempre me incentivou a buscar o conhecimento e a justiça, e me proporcionaram todos os caminhos para chegar até aqui. Quando eles me levavam para as aulas na universidade no esforço de completar seus próprios estudos, não imaginaram que eu criaria tanto apreço pela “escola grande”. Agradeço à minha mãe, Maíra Leotti, que sempre me ensinou a buscar a minha justiça e que sempre fez tudo que pôde para me garantir uma vida feliz. Agradeço à minha avó, Maria José Leotti, que me ensina todo dia sobre inteligência, gentileza e o peso e a grandeza de ser mulher. Agradeço ao meu avô, Odemar Leotti, que tentou me ensinar sobre Foucault e artes manuais recicladas, mas acabou me ensinando sobre humildade e a verdadeira felicidade, e me proporcionou a infância mais alegre e estimuladora que alguém poderia pedir.

Agradeço também aos meus amigos, Mariana Machado, Lizandra Gallindo, Beatriz Lima Ribeiro, Elisa Schuster, Bruna Rassi, Victor Freire, André Lima, Victoria Smith e Kamila Braga, que sempre compartilharam seus conhecimentos de Ciências Sociais comigo e me ensinaram os conhecimentos mais valiosos que adquiri durante a faculdade, trazendo a minha formação como economista para um caminho mais justo e humano, e por serem uma fonte de crescimento, diversão e carinho todos esses anos.

Agradeço ao meu amor, Lucas Eloi, que em todos esses anos segurou a minha mão e esteve lá pra me ajudar a me reerguer e batalhar pela vida mesmo quando eu pensei que não conseguiria. Obrigada por sempre trazer meus pés para o chão e um amor tão gentil, certo e inexplicável para o meu coração.

Agradeço à minha orientadora, Daniela Freddo, que realiza essa trajetória comigo há muitos anos na faculdade e sempre me auxiliou nos momentos de dúvida e desespero. Obrigada por ser uma professora tão humana e inspiradora em um momento que eu e outros alunos precisamos tanto, e por ter sempre me guiado por caminhos alternativos quando a profissão de economista me parecia insuficiente.

Por fim, agradeço à CEPAL e toda a sua equipe, pelo trabalho que realiza e por ser para mim e para um mundo uma fonte de pensamento alternativo e justo dentro da economia. Agradeço também ao economista Márcio Alves, que me auxiliou com o processamento de dados no R.

Resumo

As mulheres compõem a maior parte da população em situação de pobreza e extrema pobreza do mundo, e a tendência de aumento da sobre-representação feminina ao longo do tempo é entendida como a feminização da pobreza. As últimas duas décadas da política brasileira foram marcadas pela redução da pobreza no país, porém a proporção de mulheres abaixo da linha da pobreza em relação aos homens em mesma situação aumentou. A partir da análise de dados sobre demografia e renda no período e revisão de literatura, o objetivo desse trabalho é verificar se houve a feminização da pobreza no Brasil no período de 2004-2015. Faz-se uma comparação com o estudo realizado pelo Ipea em 2005 que verificou que não houve feminização da pobreza no país entre 1983 e 2003, bem como discutir suas possíveis causas. Os resultados obtidos na pesquisa apontam que não houve sobre-representação feminina na população abaixo da linha da pobreza no Brasil no período e tampouco essa sobre-representação aumentou ao longo do tempo acima do crescimento populacional das mulheres, concluindo que houve não feminização da pobreza no país. Entre 2004 e 2015, a proporção das mulheres na população total cresceu 0,76%, e entre a população pobre a proporção cresceu 1,6%. Ainda, ao comparar os dados sobre renda nominal das mulheres e homens desagregando por raça, percebe-se que raça parece ser um fator mais determinante sobre a renda do que o gênero. Enquanto as mulheres brancas possuem renda igual à renda dos homens, as mulheres pardas possuem renda maior do que os homens pardos e as mulheres pretas possuem renda menor do que os homens pretos. Ao comparar entre raças, vemos que as mulheres brancas possuem renda maior do que os homens não-brancos, e essa diferença tem se reduzido ao longo do tempo, e as mulheres não-brancas possuem renda menor do que os homens brancos, e essa desigualdade vem aumentando. Mulheres brancas possuem renda maior do que as mulheres e os homens não-brancos.

Palavras-chave: Feminização da pobreza. Pobreza. Gênero. Brasil.

Abstract

Women tend to form most of the population in poverty and extreme poverty situation, which is known as the over-representation of women in poverty, and the tendency along time that the over-representation increases is known as feminization of poverty. Although the last two decades of Brazilian policy were recognized for reducing poverty in the country, there is a chance this shift increased the proportion of women below the poverty line in relation to men. The aim of this study is to find if there was a feminization of poverty in Brazil during the 2004-2015 period, as well as discuss some of its possible causes. The results suggest there was no over-representation of women in poverty in Brazil during the 2004-2015 period, neither this over-representation seems to be increase overtime above the increase in women relative proportion in total population, and thus there was no feminization of poverty measured by the number of women among the poor. It is not possible, however, to affirm there was no feminization of poverty measured by female headed households, for this measure was not calculated in this study. However, when we compare women and men between races, it its noticeable that race appears to be more determinant on one's income than gender. While white women have similar income to white men, brown women have achieved higher incomes than men, especially in higher classes, and black women have a smaller income than black men. When comparing between races, it becomes clear that white women have higher income than black and brown men and women, although this difference has lessened overtime, and white men have higher income then black and brown women, and this inequality has grown overtime. White women have higher income than black and brown men and women.

Keywords: Feminization of poverty. Poverty. Brazil. Gender.

Sumário

INTRODUÇÃO	2
1 FEMINIZAÇÃO DA POBREZA	4
2 FEMINIZAÇÃO DA POBREZA: EDUCAÇÃO E RENDA.....	14
2.1 As mulheres e a educação.....	15
2.2 Mulheres no mercado de trabalho.....	23
3 RESULTADOS	30
3.2 Resultados.....	30
3.3 A racialização e a feminização da pobreza	33
3.3.1 Mulheres e homens de mesma raça.....	34
3.3.2 Mulheres e homens: Comparação entre raças	37
3.3.3 Mulheres e Mulheres: Comparando entre raças	40
CONCLUSÃO.....	43

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Participação feminina e masculina na força de trabalho no Brasil.....	16
Gráfico 2 - Média de anos de estudo das pessoas de 16 anos ou mais de idade por sexo no Brasil.....	21
Gráfico 3 - Média de anos de estudo das pessoas ocupadas com 16 anos ou mais de idade no Brasil, segundo cor/raça e sexo.....	22
Gráfico 4 – Proporção homens e mulheres entre os mais pobres.....	32
Gráfico 5 – Renda Nominal Média dos Homens e Mulheres.....	33
Gráfico 6 – Renda Nominal Total dos Homens e Mulheres.....	34
Gráfico 7 – Composição da população pobre por raça.....	35

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quintis de Renda dos Homens e Mulheres.....	36
Tabela 2 – Quintis de Renda de Homens Brancos e Mulheres Brancas.....	36
Tabela 3 – Quintis da Renda de Mulheres Pardas e Homens Pardos.....	37
Tabela 4 – Quintis de Renda de Mulheres Pretas e Homens Pretos.....	37
Tabela 5 – Desvio de Renda dos Quintis de Homens Brancos e Mulheres Pardas.....	38
Tabela 6 – Desvio de Renda dos Quintis de Homens Brancos e Mulheres Pretas.....	39
Tabela 7 – Desvio de Renda dos Quintis de Homens Pardos e Mulheres Brancas.....	40
Tabela 8 – Desvio de Renda dos Quintis de Mulheres Brancas e Homens Pretos.....	40
Tabela 9 – Desvio de Renda dos Quintis de Homens Pretos e Mulheres Pardas.....	41
Tabela 10 – Desvio de Renda dos Quintis de Homens Pardos e Mulheres Pretas.....	41
Tabela 11 – Desvio de Renda dos Quintis de Mulheres Brancas e Mulheres Pardas.....	42
Tabela 12 – Desvio de Renda dos Quintis de Mulheres Brancas e Mulheres Pretas.....	42
Tabela 13 – Desvio de Renda dos Quintis de Mulheres Pretas e Mulheres Pardas.....	42

INTRODUÇÃO

A feminização da pobreza é um conceito utilizado para investigar a tendência de mulheres se tornarem mais pobres relativamente aos homens ao longo do tempo, ou seja, é uma mudança nos níveis de pobreza que é enviesada contra mulheres e domicílios chefiados por mulheres. A feminização da pobreza é medida pelo aumento ao longo do tempo da sobre-representação das mulheres na pobreza, ou seja, o maior número de mulheres do que de homens entre os pobres aumenta ainda mais em proporção conforme a passagem do tempo (COSTA ET AL, 2005, p. 15; MEDEIROS; COSTA, 2008, p. 116).

A importância de se analisar a pobreza com um olhar específico para as mulheres reside no fato de que a feminização da pobreza ocorre porque existem fatores que empobrecem mulheres porque elas são mulheres, e as políticas públicas, por não se atentarem a esse fato, podem acabar por ter seu efeito sobre a pobreza reduzido. Políticas públicas que são desenhadas visando atacar as especificidades de grupos majoritários dentro a população pobre podem demonstrar maior eficiência do que aquelas que consideram a pobreza como um problema homogêneo.

Visando investigar se ocorreu sobre-representação ou feminização da pobreza no Brasil no período 2004-2015, iniciamos com uma revisão de literatura sobre a sobre-representação feminina e feminização da pobreza, e quais causas são apontadas como determinantes de gênero na pobreza, evidenciadas no capítulo 1. Posteriormente, no capítulo 2, investigamos dois dos principais fatores apontados como determinantes de gênero da pobreza, a menor escolaridade feminina e as menores remunerações. Por fim, foi realizada uma pesquisa quantitativa utilizando os microdados das PNADs de 2004 a 2015, realizadas pelo IBGE, para verificar se houve aumento da proporção de mulheres entre a população pobre no período, cujos resultados estão demonstrados no capítulo 3. Ainda, utilizamos dos quintis para comparar as rendas nominais por raça e gênero.

Os dados sugerem que não houve aumento da proporção de mulheres entre a população pobre, tampouco foi verificada sobre-representação das mulheres entre os pobres no período. A metodologia, entretanto, apenas abarcou a medida de feminização da pobreza baseada em pessoas, portanto, não é possível concluir sobre a ocorrência de feminização da pobreza com relação a domicílios chefiados por mulheres.

A comparação da renda nominal entre raças e sexos mostrou que a raça parece ser mais determinante para a renda do que o sexo, e que o fenômeno de maior pobreza relativa aos homens é determinado pela raça da mulher. As mulheres brancas possuem renda

igual ao dos homens nas classes mais pobres, e a diferença só se evidencia nas classes mais altas. As mulheres pardas possuíam em 2004 renda igual ao dos homens pardos, mas ao longo do tempo se tornaram mais ricas relativamente aos homens, principalmente entre os 10% mais ricos. O único grupo que apresenta resultados que indicam que as mulheres são mais pobres que os homens é a população negra, que apresenta maiores diferenças entre as rendas masculina e feminina do que os outros grupos, e essa diferença tem se aprofundado ao longo do tempo, principalmente nas classes mais ricas.

Ainda, ao se comparar primeiramente homens brancos e mulheres não-brancas e, posteriormente, mulheres brancas e homens não-brancos, reforça-se a ideia de que raça é mais determinante sobre a renda do que gênero. Mulheres brancas possuem a renda maior do que os homens não-brancos, porém essa diferença tem diminuído, ao contrário da comparação das mulheres não-brancas e homens brancos, cuja desigualdade favorável aos homens brancos tem se aprofundado ao longo do tempo, até mesmo para as classes mais baixas.

Ainda, mulheres brancas possuem renda maior do que as mulheres pardas e pretas, se situando como o segundo grupo de maior renda, atrás apenas dos homens brancos, e as mulheres pardas se mostram como o segundo grupo mais pobre, com renda maior apenas do que os homens pardos. Mulheres pretas são o grupo de quarta maior renda, ultrapassando mulheres pardas e homens pardos, mas configurando como mais pobres do que os homens pretos e as mulheres e os homens brancos.

1 FEMINIZAÇÃO DA POBREZA

Neste capítulo, pretendemos investigar no que consiste o fenômeno da feminização da pobreza, analisando suas definições, intersecções e determinantes. Para isso, faremos uma revisão de literatura acerca do assunto, utilizando a literatura existente sobre o assunto para responder o que é a feminização da pobreza e sob quais condições o fenômeno ocorre.

Feminização da pobreza é um conceito utilizado para analisar a variação dos níveis relativos de pobreza entre homens e mulheres ao longo do tempo, sendo definido de múltiplas maneiras e variando em metodologia, definição e resultado na área de estudos em que é pesquisado. Medeiros e Costa (2008, p.115) definem a feminização da pobreza, de acordo com a literatura vigente, como uma mudança nos níveis de pobreza que é enviesado contra mulheres e domicílios chefiados por mulheres.

Um passo importante para compreender do que se trata o fenômeno de feminização da pobreza é entender o conceito de sobre-representação de mulheres ou domicílios chefiados por mulheres entre a população pobre. A sobre-representação é definida como a existência de níveis maiores de pobreza entre mulheres ou domicílios chefiados por mulheres em comparação com homens e domicílios chefiados por homens ou por um homem e uma mulher (COSTA ET AL, 2005, p. 15; MEDEIROS; COSTA, 2008, p. 116).

Isto é, entre a porção da população total que é pobre, a sobre-representação feminina seria um maior número de mulheres do que de homens entre os pobres e a sobre-representação de domicílios chefiados por mulheres seria um número maior de lares tendo apenas a mulher como provedora financeira do que lares com um homem e uma mulher como provedores financeiros ou apenas o homem (COSTA et al., 2005, p. 15; MEDEIROS; COSTA, 2008, p. 116).

A feminização da pobreza é um fenômeno de dimensão temporal contínua, ou seja, refere-se à análise de que ao longo do tempo a sobre-representação das mulheres na pobreza se amplia, seja por intensidade, incidência ou severidade. Enquanto a sobre-representação designa um estado em um determinado ponto do tempo, a feminização da pobreza designa um processo ao longo do tempo, seja no curto ou longo prazo. A feminização da pobreza é, assim, a tendência de aumentar a sobre-representação de mulheres ou domicílios chefiados por mulheres entre a população pobre em comparação

com seus equivalentes masculinos (COSTA ET AL, 2005, p. 15; MEDEIROS; COSTA, 2008, p. 116).

A ideia de feminização da pobreza não necessariamente implica uma piora absoluta da pobreza entre mulheres, pois uma piora absoluta significa uma comparação entre mulheres ao longo do tempo. A piora absoluta da pobreza entre mulheres pode significar também uma piora absoluta da pobreza entre os homens, afetados pelos mesmos fatores externos de forma similar, ocorrendo assim uma “masculinização da pobreza” paralelamente. A feminização da pobreza é uma variável relativa e deve ser entendida a partir da comparação entre homens e mulheres, levando-se em consideração a diferença ou razão entre homens e mulheres em diferentes pontos do tempo (MEDEIROS; COSTA, 2008, p. 117).

Assim, duas definições de feminização da pobreza surgem: a primeira sendo um aumento na diferença dos níveis de pobreza entre mulheres e homens, e a segunda como um aumento na diferença nos níveis de pobreza entre domicílios chefiados por mulheres e domicílios chefiados por um casal (MEDEIROS; COSTA, 2008, p. 118).

As duas definições de pobreza são baseadas em indicadores e resultados distintos. Medidas de pobreza entre mulheres e entre domicílios chefiados por mulheres denotam fenômenos diferentes. Pobreza entre domicílios chefiados por mulheres não é uma *proxy* para pobreza entre mulheres, mas ainda é um problema de gênero. Sua dimensão de gênero refere-se a um viés na formação das famílias, particularmente ao fato de que mulheres tendem a assumir a responsabilidade pelos filhos em caso de dissolução da união matrimonial e que a mortalidade e diferenças de idade em casamentos resultam em mulheres cuidando sozinhas de famílias. O objetivo da análise de domicílios é mostrar o que acontece com grupos específicos de mulheres vulneráveis e suas famílias, portanto, a unidade de análise é o domicílio, incluindo ambos homens e mulheres vivendo nesse domicílio. Entretanto, a amostra exclui homens e mulheres vivendo em outros tipos de formação domiciliar (MEDEIROS; COSTA, 2008, p. 117).

Costa et al. (2005, p. 9) discute sobre a relevância científica e social de se levar em consideração os domicílios chefiados por mulheres como indicador de feminização da pobreza na literatura:

Assim, os trabalhos devem ser separados entre os que consideram a questão contrapondo mulheres e homens, e os que confrontam a situação dos indivíduos em famílias chefiadas por mulher com a dos indivíduos em famílias chefiadas por homem. Essas duas abordagens aparecem já no trabalho inicial de Diane Pearce (1978), e a preocupação com as famílias de chefia feminina surge com o aumento

desse tipo de família devido a mudanças no comportamento social, como a maior dissolução de casamentos. Essa percepção é relevante, pois as famílias chefiadas por mulher, além de contarem somente com um provedor de renda, podem estar numa situação pior que as de chefia masculina, em razão das inúmeras desvantagens sofridas pelas mulheres na sociedade, e, em especial, no mercado de trabalho (COSTA ET AL., 2005, p.9).

O termo feminização da pobreza foi cunhado como resultado de um estudo realizado por Diane Pearce que focava nos padrões de gênero da evolução das taxas de pobreza nos Estados Unidos entre o começo da década de 1950 e meados dos anos 70 (PEARCE, 1978 apud MEDEIROS; COSTA, 2008, p. 116). Para a autora, o processo ocorre quando uma mulher com filhos passa a não ter um outro adulto, no caso o pai, responsabilizando-se pelo sustento e cuidado com os filhos, tornando-se ela a única responsável pela renda da família. Por esse motivo, seu estudo sobre feminização da pobreza toma como objeto mulheres chefes de domicílio com filhos menores sob sua guarda (NOVELLINO, 2004, p. 2).

O pressuposto de Pearce é de que “a pobreza está rapidamente se tornando um problema feminino” (PEARCE, 1978, p. 28 apud NOVELLINO, 2004, p. 2). O foco da análise que ela faz é o aumento na proporção de famílias pobres chefiadas por mulheres, sendo a definição desse conceito aqueles domicílios em que há apenas uma mulher responsável financeiramente e nenhum adulto do sexo masculino, associando esse processo ao empobrecimento das mulheres.

Embora leve em consideração que existem mulheres pobres que vivem em domicílios chefiados por homens, ela concentra sua análise nas mulheres que “são pobres porque são mulheres” (PEARCE, 1978, p. 28 apud NOVELLINO, 2004, p. 2), portanto, foca sua investigação em quais são as consequências sociais e econômicas de ser mulher, sendo as únicas provedoras de um domicílio, e que acabam por conduzir à pobreza.

Em sua pesquisa, ela utilizou dois conceitos de feminização da pobreza. O primeiro deles é o aumento do número de mulheres entre os pobres e o segundo, um aumento dos domicílios chefiados por mulheres entre os domicílios pobres. Os estudos seguintes utilizaram uma versão modificada da definição de Pearce e relacionaram a feminização ao aumento da pobreza de domicílios chefiados por mulheres em relação ao nível de domicílios chefiados por homens (MEDEIROS; COSTA, 2008, p. 116).

No mesmo ano do artigo de Diana Pearce, Carmen Barroso apresentou “Sozinhas ou mal acompanhadas - a situação das mulheres chefes de família”, em que associa o aumento da proporção de famílias chefiadas por mulheres à feminização da pobreza,

embora não utilize esse nome. Usando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), obteve alguns resultados sobre as chefes de família: (a) quase metade das mulheres chefes tinha 50 anos ou mais; (b) seu nível de instrução era bem mais baixo que o dos homens; (c) menos da metade das mulheres chefes eram economicamente ativas; (d) menos de 20% recebiam pensão ou aposentadoria; (e) os rendimentos das mulheres eram muito mais baixos do que o dos homens (BARROSO, 1978 apud NOVELLINO, 2004, p. 2).

Para analisar a literatura existente sobre feminização da pobreza, é importante diferenciar os estudos realizados a partir dos dois indicadores possíveis para comparar os resultados, a porcentagem de mulheres entre a população pobre e a porcentagem de domicílios chefiados por mulheres em situação de pobreza em comparação com seus equivalentes masculinos e mistos. Também é necessário diferenciar a literatura pelo seu objetivo, se o estudo testa a sobre-representação da pobreza ou a feminização da pobreza.

Quanto à sobre-representação feminina na pobreza, diversos estudos encontraram uma incidência maior de pobreza entre mulheres ou domicílios chefiados por mulheres em alguns países, mas em muitos outros, isso não ocorre.

Em estudos em países desenvolvidos e economias de transição na décadas de 1980 e 1990 que focam no sexo de pessoas pobres, a literatura identifica significativa maior vulnerabilidade e/ou incidência de pobreza entre mulheres nos EUA, Canadá, Austrália, Rússia, Alemanha e Reino Unido (PRESSMAN, 2002; BRADSHAW ET AL, 2003; LOCHHEAD; SCOTT, 2000; CASPER ET AL, 1994 apud MEDEIROS; COSTA, 2008).

A pesquisa em países não-desenvolvidos tende a se focar mais na chefia do domicílio. Em 61 pesquisas feitas em diferentes países em desenvolvimento, procurando verificar se as mulheres chefes de família estariam sobre-representadas entre domicílios pobres, 38 concluíram que sim; 8 não encontraram evidência empírica para tal e 15 puderam observar que a pobreza estava associada a certos tipos de chefia feminina (BUVINIC; GUPTA, 1994 apud NOVELLINO, 2004). As autoras concluem que chefia feminina e pobreza no mundo em desenvolvimento estão estreitamente relacionadas.

No estudo de Lampietti e Stalker (2000), foram analisados mais de 100 estudos e relatórios, concluindo que somente em certos países a chefia feminina apresenta consistentemente piores indicadores de pobreza, assim, a ideia de que “a pobreza tem uma face feminina” não pode ser generalizada para o mundo inteiro. No Brasil e nas áreas

rurais da Índia, a probabilidade de ser pobre é mais alta entre domicílios chefiados por mulheres (BARROS; FOX; MENDONÇA, 1994).

Entre os estudos em que foram verificadas a feminização da pobreza e que utilizam a abordagem de domicílio chefiado por mulheres, utilizando o conceito de feminização da pobreza como o processo de concentração da pobreza entre indivíduos que moram em domicílios chefiados por mulher, Northrop (1990), Pressman (1988) e Peterson (1987), citados em Costa et al (2005), verificaram que metade dos indivíduos pobres norte-americanos estavam em domicílios chefiados por mulher no fim da década de 1970, com um percentual crescente desde o início da década de 1960. Nesses estudos, foi ressaltado, entretanto, que a tendência de crescimento não é uniforme, com tendências de reversão do fenômeno entre 1974-1975 e 1979-1983, pois o fenômeno de feminização da pobreza que ocorreu nos Estados Unidos foi criado não apenas pela mudança na composição demográfica da população que empurrou mais pessoas para domicílios de chefia feminina, mas também porque houve um aumento na incidência da pobreza entre esses domicílios em comparação com as famílias de chefia masculina ou mista.

Barros, Fox e Mendonça (1994) utilizam-se de dados da PNAD para verificar em que extensão e porque os domicílios chefiados por mulher possuem maior propensão a serem mais pobres do que os outros arranjos de domicílios e se as consequências da pobreza sobre as crianças são particularmente mais severas para esses tipos de domicílio, encontrando resultados que indicam que os domicílios chefiados por mulher são mais pobres do que os outros domicílios, situação que se agrava com a presença de crianças.

Entretanto, em diversos estudos, foi apontada a fraca correlação entre domicílios chefiados por mulher e pobreza, como Quisumbing, Haddad e Peña (2000) que destacam que, a partir dos dados de seis países da África Subsaariana (Botswana, Costa do Marfim, Etiópia, Gana, Madagascar, Ruanda), três da Ásia (Bangladesh, Indonésia, Nepal) e um da América Central (Honduras), não houve sobre-representação dos domicílios chefiados por mulheres na pobreza. Em consonância com esse resultado, Lampietti e Stalker (2000) analisaram mais de 100 estudos sobre pobreza para diversos países e encontraram que os domicílios chefiados por mulher apresentam piores indicadores de pobreza apenas em alguns países. As autoras apontam que não existe um padrão generalizado mundialmente que verifique a relação entre chefia feminina e pobreza, destacando que existe grande heterogeneidade desses domicílios, e que determinadas categorias de chefia feminina

podem apresentar maior associação com a pobreza de acordo com as características de cada país.

Em alguns estudos, como o de Medeiros e Costa (2008), conclui-se que existe a sobre-representação feminina na pobreza em alguns países, mas não existe a tendência generalizada de aumento dessa sobre-representação, caracterizando a feminização. O objetivo do estudo de Medeiros e Costa (2008) é investigar a partir de duas definições distintas de feminização da pobreza se o fenômeno ocorreu em oito países latino americanos (Brasil, Argentina, Bolívia, Colômbia, Chile, Costa Rica, México e Venezuela) como *proxy* para testar se o fenômeno ocorreu na América Latina até 2007. Os autores constatam que não foi encontrada diferença relevante em incidência, intensidade ou severidade de pobreza entre homens e mulheres na América Latina, encontrando diferenças de acordo com diferentes tipos de família, mas não necessariamente determinada pela chefia feminina, e mais relacionada com a existência de filhos na família.

Para as duas definições de pobreza que os autores utilizam, de razão entre homens pobres e mulheres pobres e a análise de domicílios, a maioria dos resultados sobre feminização da pobreza foram negativos. Não existe evidência explícita de feminização da pobreza nos países estudados da América Latina. Exceto para algumas diferenças pequenas em indicadores de pobreza, nenhuma feminização da pobreza ocorreu na Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica ou Venezuela.

Portanto, se forem levadas em conta pequenas variações e menores ambiguidades resultantes do uso de diferentes conceitos de feminização, medidas de pobreza, linha de pobreza e metodologia usados para tratar renda domiciliar, pode-se concluir que não existe evidência sólida de um processo de feminização da pobreza na região da América Latina. Ao contrário, a Argentina e o México são os únicos países da amostra do estudo em que se pode dizer que houve feminização da pobreza (MEDEIROS; COSTA, 2008, p. 123).

Portanto, os autores concluem que não existe uma tendência generalizada de pobreza entre esses domicílios chefiados por mulheres, e igualmente não se pode afirmar sobre o crescimento da sobre-representação ao longo do tempo no mundo. O fenômeno é particular ao contexto de cada país, e a heterogeneidade do grupo de mulheres levam a certos grupos específicos de mulheres chefes de família possuírem associações mais fortes com a pobreza (MEDEIROS; COSTA, 2008, p. 123).

Aspectos particulares dentro do grupo de mulheres dão uma nova perspectiva sobre a feminização da pobreza, pois indicam que o fenômeno ocorre de maneira distinta para as mulheres a depender de seu contexto. Fatores como idade, raça, educação, filhos e escolaridade dos pais interferem fortemente nas probabilidades associadas à renda de uma mulher.

Lena Lavinás (1996) compara as condições econômicas entre homens e mulheres e entre mulheres, e conclui que embora as diferenças salariais entre mulheres e homens tenham diminuído, houve uma “ampliação do desnível de renda entre as mulheres”. Comparando mulheres não-pobres com pobres, conclui que existem desigualdades relacionadas ao gênero e outras relacionadas à pobreza. Encontra que a taxa de atividade e a jornada de trabalho são menores para mulheres no geral, enquanto o desemprego é maior entre os pobres, independente do gênero, bem como a privação à carteira de trabalho assinada.

Os resultados mais surpreendentes de sua pesquisa desafiam a noção de que a desigualdade de gênero prevalece nos determinantes da pobreza, analisando a distribuição de renda entre as mulheres: a renda das mulheres pobres corresponde a apenas 5% da renda de todas as mulheres (pobres e não pobres). Esse resultado demonstra que, embora as desigualdades de gênero tendam a reduzir a renda de mulheres como um todo, soma-se aos determinantes de gênero da pobreza as profundas desigualdades entre as próprias mulheres, oriundas da concentração de renda geral. A autora encontrou que os rendimentos das mulheres em média compõem de 23% (pobres) a 25% (não pobres) da renda total, e somada a essa desigualdade de gênero, a situação para mulheres pobres é agravada pela desigualdade geral. “Ou seja, 95% da renda feminina, quatro vezes menor do que a renda masculina, pertencem a mulheres não pobres.” (LAVINAS, 1996, p. 476).

Fatores sociais e aspectos individuais influenciam no nível de vulnerabilidade socioeconômica, mesmo dentro do grupo de mulheres. Em um estudo realizado na Rússia, identifica-se como mais vulnerável à pobreza, além das famílias chefiadas por mulheres com filhos, também os domicílios chefiados por mulheres idosas (PROKOFIEVA, 2000 apud NOVELLINO, 2004).

O determinante de raça também desempenha um papel importante na determinação da renda de uma pessoa, especialmente em países em que raça e pobreza estão profundamente relacionados devido à herança histórica. Hoffman (1992) testa para

diferenças entre mulheres negras e brancas na pobreza entre 1966 e 1988 nos Estados Unidos, e conclui que existem inúmeras diferenças entre os dois grupos nos determinantes da pobreza, concluindo que a diferença está na discriminação no mercado de trabalho ou na origem de suas rendas, como ativos e pensão alimentícia.

Northrop (1994) também testa para diferenças na feminização da pobreza entre mulheres negras e brancas entre 1959 e 1991 nos Estados Unidos, discernindo em que medida o processo de feminização da pobreza para esses dois grupos resultaram de mudanças no nível de pobreza e da mudança demográfica para domicílios chefiados por mulheres. A autora encontrou que para ambos os grupos esses fatores tiveram igual importância. Entretanto, a feminização da pobreza foi mais pronunciada entre as mulheres negras, refletindo menor queda na pobreza entre os domicílios chefiados por mulheres, uma maior queda na pobreza de outros tipos de domicílio e uma mudança mais dramática na demografia para domicílios chefiados por mulheres.

A autora aponta que para compreender a agudização da feminização da pobreza entre a população negra é importante entender por que essa comunidade se tornou mais inclinada à formação de domicílios chefiados por mulheres. Franklin (1992) demonstra que mulheres negras norte-americanas tiveram, entre 1890 e 1950, maiores taxas de casamento do que mulheres brancas, mesmo assim a taxa de domicílios chefiados por mulher era maior entre as negras devido às maiores taxas de viuvez, não por causa das taxas de casamento. Além disso, ainda argumenta que as maiores taxas de desemprego entre homens negros é um fator de influência na formação de domicílios chefiados por mulheres entre a comunidade negra.

A maior parte da literatura existente leva em consideração apenas aspectos financeiros da renda para avaliar a pobreza. A análise de pobreza baseada em renda é elementar, mas não abrange toda a complexidade e vulnerabilidade que a condição socioeconômica da pobreza abarca. Essa fraca capacidade explicativa é presente também quando se estuda a feminização da pobreza entre domicílios chefiados por mulheres, pois ao tomar o domicílio como unidade de medida, assumimos que também os filhos fazem parte das condições de bem-estar da mulher que a pobreza pode ceifar (COSTA ET AL, 2005, p. 11).

Ainda, o uso de renda monetária como única medida de renda domiciliar tende a subestimar o bem-estar de domicílios que vivem de subsistência. Isso porque se a produção de subsistência é positivamente associada a domicílios com grandes proporções

de mulheres adultas e se a produção de subsistência é subestimada, esses domicílios seriam erroneamente associados com determinados níveis de pobreza (QUISUMBING; HADDAD; PEÑA, 2000, p. 3). Dessa forma, os estudos sobre feminização da pobreza também podem ser realizados com indicadores multidimensionais, mas esses ainda não garantem a captura eficiente da situação das mulheres pois utiliza o domicílio como unidade de medida e, assim, ignora as desigualdades intrafamiliares na distribuição dos recursos.

Novellino (2016) compara dados dos chefes de família do quintil inferior de rendimento dos dados da PNADs 1992 e 1999 no Rio de Janeiro, considerando idade, escolaridade, raça, participação na força de trabalho, número de filhos residentes do domicílio e a participação dos filhos na escola e no mercado de trabalho. Ainda considerou algumas características do domicílio, como propriedade do imóvel, água encanada, iluminação elétrica e bens duráveis (fogão, geladeira, rádio e televisão). Ela ainda desagrega os dados em 4 categorias: homens e mulheres, com ou sem cônjuge.

A autora encontra os dois grupos com maiores representações na amostra selecionada: os domicílios de chefia masculina com cônjuge e de chefia feminina sem cônjuge. Ela encontrou que o desemprego é mais alto entre as mulheres, com quase metade das chefes de família sem trabalho. A escolaridade entre os dois grupos é baixa, com primeiro grau completo ou incompleto, e a situação para os filhos não parece se diferir muito: pouco mais da metade frequenta a escola regularmente, e, no entanto, apenas cerca de 20% dos filhos estavam trabalhando.

Novellino (2016) conclui que as qualidades de vida das famílias mais pobres parecem ser igualmente desfavoráveis, mas algumas diferenças entre os dois casos que merecem ser mencionadas são: (a) o número de famílias chefiadas por mulheres estava aumentando e já representava quase a mesma proporção de famílias chefiadas por homens; (b) a proporção de mulheres desempregadas é muito maior; (c) o número de anos de escolaridade das mulheres vem aumentando, mas o dos homens ainda é maior nos níveis mais altos de escolaridade; (d) o número médio de filhos em domicílios chefiados por homens é maior; (e) a proporção de filhos na escola era bem maior nos domicílios de chefia masculina em 1992 e passa a ter uma distribuição quase igual em 1999, devido à diminuição da frequência escolar geral, “resultado de uma ligeira queda na frequência à escola dos filhos das famílias de chefia feminina e de uma grande queda nas famílias de chefia masculina” (NOVELLINO, 2002, p. 20) e por último, conclui que havia uma maior

porção de filhos de família chefiadas por mulheres trabalhando em 1992 e essa proporção se inverteu ao final da década. Sobre os domicílios, ela conclui que existem mais mulheres chefes proprietárias dos seus domicílios do que homens, e o acesso à água e iluminação é maior entre elas, possuindo também uma ligeira maior quantidade de televisores, mas menos fogão, geladeiras e rádio.

2 FEMINIZAÇÃO DA POBREZA: EDUCAÇÃO E RENDA

A inserção tardia das mulheres brancas e a inserção forçada das mulheres negras no mercado de trabalho criou condições históricas que se perpetuam na atual situação feminina no mercado de trabalho e sua posição na distribuição de renda da sociedade. As mulheres apresentam menores taxas de participação no mercado de trabalho, maior concentração em setores vulneráveis e baixa produtividade. Além disso, a sobrecarga de trabalho não remunerado, a segmentação horizontal e vertical do mercado de trabalho e a segregação por gênero das ocupações operam como barreiras para a inclusão plena no mercado laboral em condições de trabalho decentes (CEPAL, 2018, p. 198).

À baixa participação de mulheres no mercado laboral se soma o fato de que muitas mulheres em busca de emprego não o encontram ou são alocadas em trabalhos de baixa qualidade. Os mercados laborais latino americanos se caracterizam, ainda, por uma acentuada segmentação horizontal, consequência da grande heterogeneidade estrutural e da estruturação da desigualdade de gênero e raça, o que limita a inserção laboral das mulheres e as concentra em alguns setores da economia (CEPAL, 2018, p.199).

Como legado histórico da exclusão das mulheres do acesso à educação, mulheres têm menor nível de alfabetização, 82% contra 89% dos homens acima de 15 anos, e mais de 4 milhões de meninas fora da escola a mais em relação à mesma variável para meninos em 2018, segundo dados do Banco Mundial (BANCO MUNDIAL, 2019a; 2019b). Por entrarem no mercado de trabalho sem terem sido capacitadas e adquirido estoque de capital humano, a elas são reservadas atividades econômicas tipicamente femininas¹ e de baixa remuneração (NOVELLINO, 2004, p. 2).

Dentre as razões apontadas na literatura para existência da tendência de feminização da pobreza, está o fato de mulheres terem menores níveis de educação e menores remunerações. Neste capítulo, pretende-se analisar brevemente esses dois eixos determinantes sobre a desigualdade econômica entre homens e mulheres. Historicamente, mulheres tiveram barreiras sociais, econômicas e institucionais que as afastaram do acesso à educação, o que analisar-se-á com maior profundidade na seção 2.1 deste

¹ Trabalho doméstico, remunerado e não-remunerado, e profissões ligadas à educação e saúde (WOLFF, 2010). O setor de cuidado (ensino, saúde, assistência social e emprego doméstico) é uma importante fonte de emprego para mulheres, com 33% das mulheres concentradas nesse setor no Brasil. Essa sobre-representação das mulheres no setor de cuidado é uma extensão no mercado laboral do papel que as designa como cuidadoras, a qual pode atribuir-se as suposições sociais sobre a existência de habilidades inatas das mulheres para esses trabalhos (CEPAL, 2018, p. 200).

capítulo. Ainda, na seção 2.2, investigar-se-á a desigualdade de gênero na renda com base nas menores remunerações, analisando-se o panorama atual da desigualdade entre homens e mulheres na renda do trabalho.

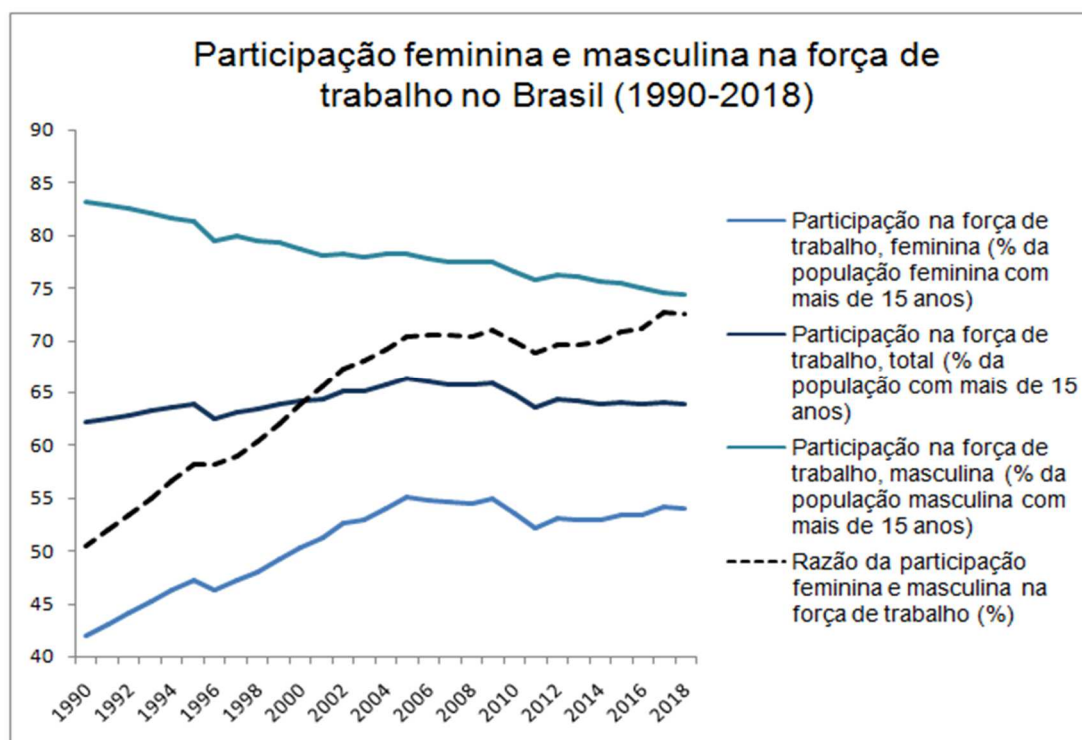
2.1 As mulheres e a educação

A educação de mulheres e suas consequências entraram em debate no fim do século XX, conquistando a atenção das instituições voltadas para o desenvolvimento após o Banco Mundial reportar em sua lista de prioridades a ampliação do acesso à educação, especialmente a de garotas (HEWARD, 1999, p. 1). Dentro do pensamento atual sobre desenvolvimento, a educação ocupa uma grande parte dos esforços para o qual modelos de crescimento e *policymakers* se voltam, visando à ampliação do capital humano e à disseminação das externalidades positivas associadas à escolaridade como ferramentas de desenvolvimento.

Em 2019, as mulheres configuram 49,6% da população mundial, entretanto não representam a mesma proporção da força trabalhadora do mundo. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 2018, a taxa de emprego entre os homens foi de 71,38%, enquanto para as mulheres foi de 45,26%. A participação feminina na força de trabalho mundial tem caído desde 1992, quando figurava 51,03% da população feminina, e em 2018 representou 47,8%. Essa queda ocorreu simultaneamente com a queda da participação masculina e total, entretanto, a razão entre as participações feminina e masculina na força de trabalho mundial está em declínio desde 2005.

Como mostra a Gráfico 1, a participação das mulheres na força de trabalho brasileira vinha crescendo consistentemente até 2008, quando cai conjuntamente com a dos homens e a taxa geral de participação. A razão entre a participação feminina e masculina, entretanto, não recuperou a tendência de crescimento que apresentava antes da crise internacional, com uma aceleração do crescimento menor e fechando o ano de 2018 em 72.59%.

Gráfico 1 - Participação feminina e masculina na força de trabalho no Brasil.



Fonte: Banco Mundial
Elaboração própria.

Existe um custo de oportunidade relacionado à exclusão das mulheres do sistema laboral, que permeia desde a geração e distribuição de renda à alocação ineficiente dos recursos humanos, sendo esta última uma questão latente para os países emergentes, que em geral possuem alto estoque de capital humano em comparação aos outros fatores de produção, como tecnologia.

Tampouco é suficiente analisar a inserção no mercado de trabalho por si só, é importante atentar-se para sob que condições são inseridas as mulheres no mundo laboral. Em geral, há uma tendência de mulheres trabalharem em regime parcial ou temporário, devido à ocupação com suas funções reprodutivas; há desigualdade salarial entre homens e mulheres; há concentração de mulheres em cargos de menor qualificação e, conseqüentemente, menor remuneração e há maior participação das mulheres na economia informal (NOVELLINO, 2004, p. 5).

As menores remunerações, fruto também do menor nível de qualificação, representam enormes custos de oportunidade para a renda pessoal e nacional, pois se apresentam como realidade para quase metade da população. Ao analisar o impacto do nível de educação na renda feminina, é importante ressaltar que em países em desenvolvimento o retorno dos anos de escolaridade para mulheres é maior do que em países desenvolvidos. O estudo de Chaaban e Cunningham (2011) teve como objetivo mensurar os custos de oportunidade do estudo de meninas adolescentes em países em

desenvolvimento, além de mensurar o custo de oportunidade da inatividade de meninas jovens e da gravidez na adolescência, usando como medida o retorno perdido ao PIB anual de cada país.

Os autores concluíram que em países de produto menor o custo de oportunidade é maior. Ao calcular quanto as mulheres que não estão estudando ganhariam durante sua vida no mercado de trabalho caso completassem mais um grau de estudo, foi encontrada uma disparidade entre as grandes e as pequenas economias em desenvolvimento. Por exemplo, o custo de oportunidade da desistência da escola no Burundi é de quase 70% do seu PIB anual, em comparação com um quase imperceptível 0,5% do PIB no caso da Índia e da China, que possuem economias de porte comparável aos países desenvolvidos. Se cada mulher do Burundi completasse o próximo grau de educação disponível, a contribuição total na produtividade ao longo de sua vida seria equivalente a quase um PIB anual do país, e as taxas de crescimento do produto interno do Burundi seriam 2% maiores por ano pelos próximos 45 anos – a média de anos de trabalho de uma mulher atualmente (CHAABAN; CUNNINGHAM, 2011).

Ainda que o retorno da educação sobre a renda seja menor nos países desenvolvidos, o aumento dos salários de nível superior representou cerca de 50% do crescimento econômico nos países da OECD nos últimos 50 anos (OECD, 2012).

Uma vez esclarecidos os retornos existentes para a educação feminina, evidencia-se o custo econômico e social de uma lacuna educacional de gênero. A razão para a baixa escolaridade das mulheres possui raízes culturais, sociais, políticas, simbólicas e econômicas. A principal explicação para a distância no nível de escolaridade dentro do mercado de trabalho entre homens e mulheres é o legado histórico de exclusão do segundo grupo do acesso à educação.

No caso do Brasil atual, as mulheres são maioria entre os alunos de todos os níveis de ensino, inclusive nas universidades. Entretanto, a escalada das mulheres brasileiras pelo acesso ao ensino foi longa. Mesmo para obter os níveis anteriores ao universitário, encararam dificuldades, pois a tradição instalada no Brasil, de acordo com a tradição ibérica, não reservava às mulheres a vida pública, por considerá-las inferiores, e por isso não encontrava razão na alfabetização feminina. Essa concepção era gerada e reforçada pelo modo de produção que se instaurou no Brasil colônia, baseada na grande propriedade rural e na mão de obra escravizada, cuja manutenção baseada na estratificação social e relações familiares patriarcais despertava pouco interesse no ensino formal para os

homens e nenhum para as mulheres. A tradição se manteve durante todo o Brasil no período colonial, reforçado pelo modo de ensino jesuíta, que contribuiu significativamente para o fortalecimento da predominância masculina na educação (BELTRÃO; ALVES, 2009, p. 127).

Após a chegada da Família Real portuguesa para o Brasil e a posterior Independência, as imigrações internacionais e a diversificação econômica aumentaram o interesse em educar a população, despertando o interesse da educação como instrumento de ascensão social pelas camadas sociais intermediárias. Apenas nesse contexto de demanda por mão de obra assalariada foram feitos esforços no sentido de estabelecer a educação feminina pública, com o Estado se tornando responsável pelo ensino primário e extensivo às meninas, porém com a obrigatoriedade de apenas professoras. Entretanto, o ensino primário não chegou a abranger uma percentagem significativa de matrículas femininas “devido à falta de professoras qualificadas e sem conseguir despertar maior interesse dos pais” (BELTRÃO; ALVES, 2009, p. 128).

No século XIX, foram criadas as primeiras instituições que tinham como fim a educação feminina, embora tivessem currículos voltados para conteúdos morais e sociais, reforçando ideias sobre o papel de mãe e esposa. A educação secundária era em geral destinada ao magistério para cursos primários (BELTRÃO, ALVES, 2009, p. 128). Dessa forma, a educação feminina se restringia ao nível primário de educação, sendo impossível deixar esse espaço reservado para mulheres, com professoras mulheres, com um currículo que se encaixava e fortalecia a ideia vigente de mulher. Mesmo que aspirasse ao ensino superior, a toda aluna do sexo feminino era vetada a entrada:

De qualquer forma, as mulheres achavam-se excluídas da possibilidade de acesso aos cursos superiores, mesmo que se preparassem adequadamente em escolas particulares ou com preceptores. Isso porque para tal não se exigiam diplomas, mas era necessário fazer os exames preparatórios aplicados pelo Colégio D. Pedro II, destinados exclusivamente ao público masculino (PEREIRA; FAVARO, 2017, p. 5).

O acesso ao ensino secundário só se tornou possível para as mulheres através do decreto imperial de 1881. Por mais que fosse permitida a entrada legalmente, o ensino secundário ainda era essencialmente masculino e caro e os cursos secundários permitidos às mulheres não as habilitavam para o ensino superior. A primeira mulher a obter o título de médica no Brasil foi Rita Lobato Velho Lopes, em 1887, fazendo-se notar que os primeiros cursos criados no país de Medicina (1808), Engenharia (1810) e Direito (1827) excluíram mulheres, mesmo as brancas, livres e ricas, por quase um século (BELTRÃO;

ALVES, 2009, p. 128).

Com o impulso da industrialização e a formação de centros urbanos no país, no início do século XX, o Estado ampliou o acesso ao ensino, foi concedido o direito a voto para mulheres em 1932 e os políticos perseguiram o interesse de alfabetizar a população, pois somente alfabetizados tinham direito a voto. As mulheres brasileiras aumentaram sua presença nos ensinos secundário e superior durante o século XX, mas em proporção muito menor do que os homens, com a taxa de alfabetização da população brasileira crescendo durante a República Velha (1889-1930). A participação feminina nos cursos secundários correspondia a menos de um quarto do total de estudantes e atingia menos de 1,5% no ensino superior, entre 1907 e 1912 no Rio de Janeiro, estado que apresentava uma das melhores taxas educacionais do país (BELTRÃO; ALVES, 2009, p. 129).

Enquanto o modelo de economia brasileiro foi voltado ao modelo agroexportador, a educação não surtia grande apelo nem para as elites, nem para o Estado, nem para os trabalhadores, classe majoritariamente formada por escravizados recém-libertos cuja mão de obra não era demandada sob a forma de trabalho assalariado. Enquanto a população permaneceu no campo, voltada para a produção agrícola sem aplicação intensiva de tecnologia, a educação permaneceu com acesso limitado, sendo limitado à elite que visasse às carreiras liberais, no caso dos homens, ou para professoras primárias e donas de casa, no caso de mulheres (BELTRÃO; ALVES, 2009, p. 129).

Após o fim da República Velha, o desenvolvimento foi redirecionado para o mercado interno e para o setor urbano-industrial, criando demanda para a educação e fazendo surgir as primeiras políticas públicas de massa, voltadas principalmente para as populações urbanas. Entretanto, como a expansão da industrialização não ocorreu de forma homogênea no país, a expansão da educação ocorreu com maior intensidade nas regiões de maior estabelecimento de relações capitalistas (BELTRÃO; ALVES, 2009, p. 130).

Apenas em 1961, quase um século depois dos Estados Unidos e da Europa, no corpo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, foi assegurada a equivalência entre os diferentes tipos de ensino médio, possibilitando que mulheres disputassem os vestibulares (PEREIRA; FAVARO, 2017, p. 8). Ou seja, foi apenas a partir dos anos 1960 que as mulheres tiveram possibilidades concretas de ingressar no ensino superior, e nos anos 1970 começou a reversão do hiato de gênero no ensino superior (BELTRÃO; ALVES, 2009, p. 130).

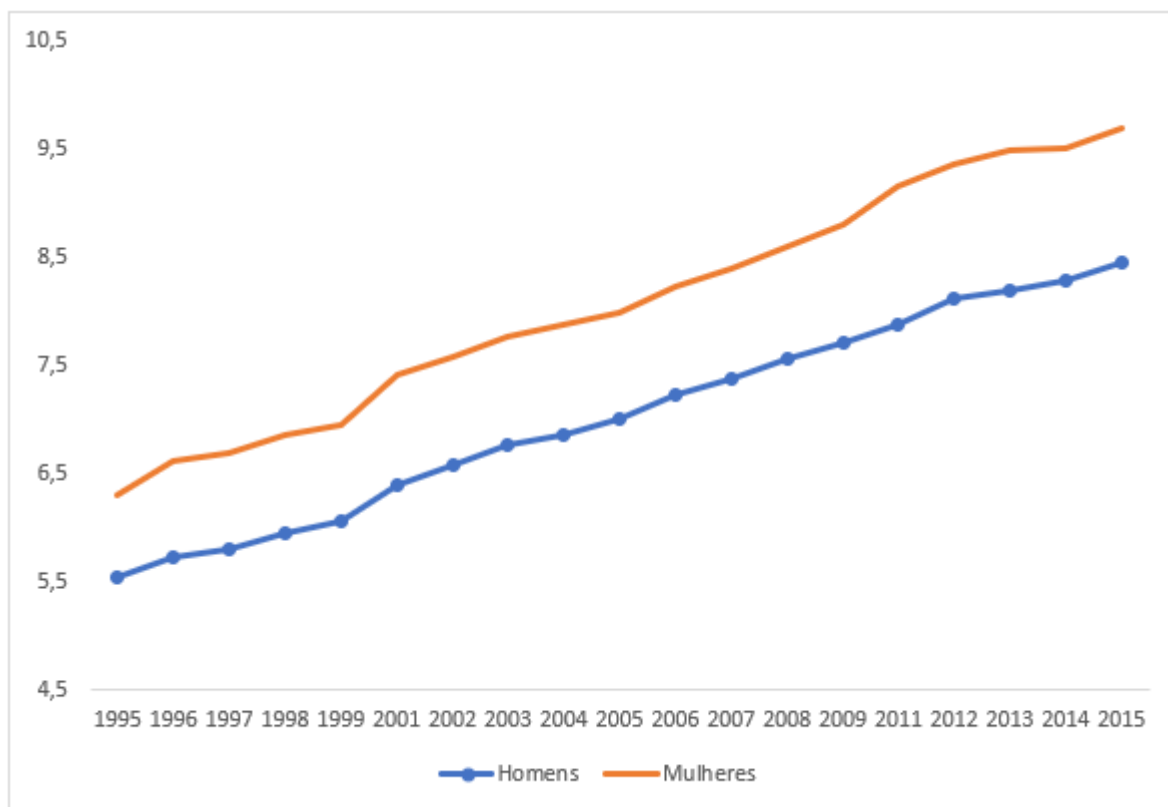
Durante a Ditadura Militar (1964-1985), o aprofundamento da industrialização causou um crescimento horizontal e vertical do sistema educacional, visando à replicação do modelo norte-americano e atender a demanda nacional e internacional pela ampliação da qualificação profissional. A pós-graduação experimentou grande crescimento no período militar, fruto da união entre os militares e a tecnoburocracia, objetivando formar professores para as universidades militares (BELTRÃO; ALVES, 2009, p. 130).

Na segunda metade do século XX, as mulheres conseguiram reverter o hiato na educação em todos os níveis, com o impulso final após a redemocratização com a criação de programas voltados à universalização do ensino básico e manutenção das crianças na escola, como o Bolsa Escola (2001). No ensino superior, as mulheres se favoreceram da expansão das universidades e das matrículas promovidas no governo Lula (2003-2011) (BELTRÃO; ALVES, 2009, p. 130).

Os dados sobre escolaridade média indicam que a reversão do hiato de gênero em todos os níveis de ensino no Brasil aconteceu durante a década de 1980. A escolaridade média cresceu para ambos os sexos, mas as mulheres tiveram uma velocidade maior de crescimento. Em 1960, a escolaridade média dos homens era de 1,9 ano e das mulheres, 1,7, enquanto em 2000, os números chegaram a 5,1 e 5,5, respectivamente. O hiato passou de 0,2 em favor dos homens no censo de 1960 e passou para 0,4 em favor das mulheres no censo 2000. Com a análise de corte nos censos entre 1960 e 2000, percebe-se que enquanto se caminha dos grupos etários mais velhos para os mais novos, as mulheres vão reduzindo o hiato no número médio de anos de escolaridade até reverterem o sinal nos grupos etários mais jovens (BELTRÃO; ALVES, 2009, p. 137).

Dessa maneira, compreende-se que as condições econômicas, sociais e políticas do Brasil, principalmente com a expansão do ensino, permitiram o início da reversão do hiato de gênero na escolaridade na segunda metade do século XX, ocorrendo a reversão do hiato de média de anos de estudo na década de 1980. A reversão ocorreu primeiramente no ensino fundamental, avançou para o ensino médio e chegou ao ensino superior a partir da década de 1970 (BELTRÃO; ALVES, 2009, p. 141). O Gráfico 2 mostra os dados sobre média dos anos de estudos de mulheres e homens com mais de 16 anos de idade, refletindo o resultado do processo de reversão do hiato no início do século XXI.

Gráfico 2 - Média de anos de estudo das pessoas de 16 anos ou mais de idade por sexo

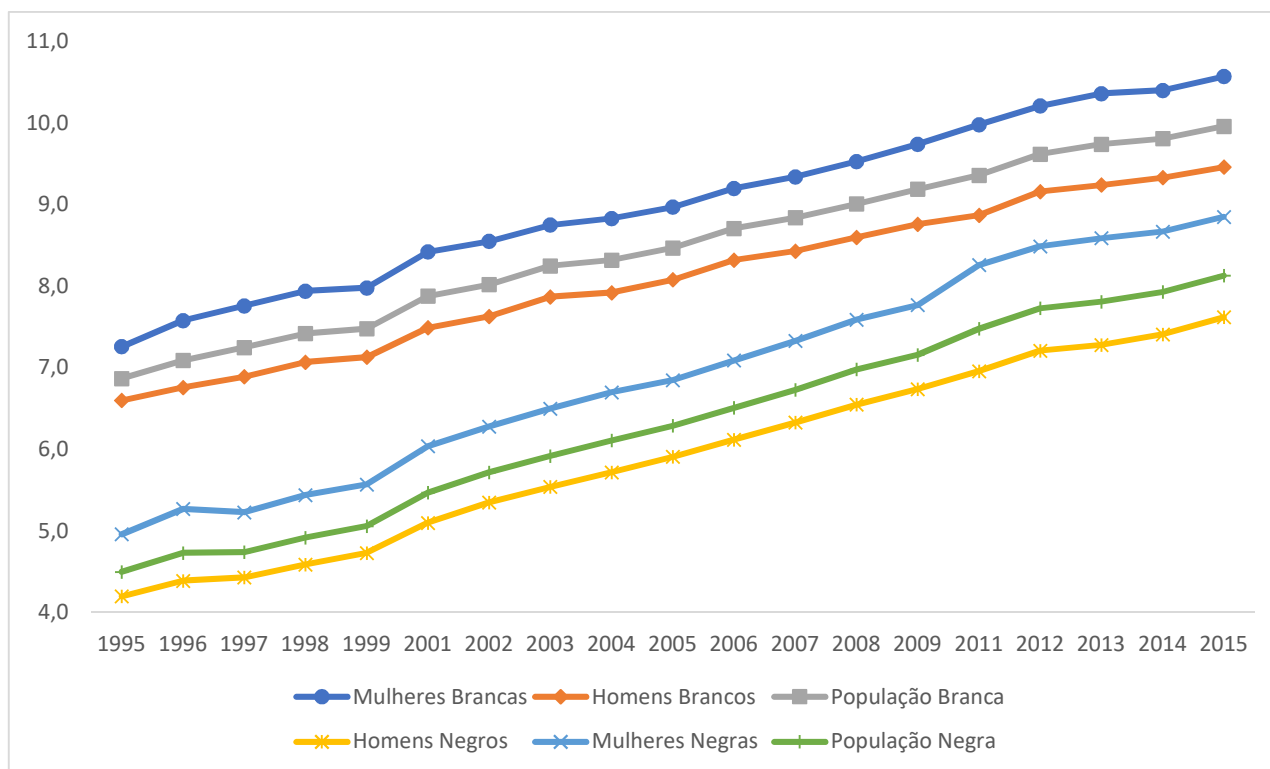


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
Elaboração própria.

Como é possível notar no gráfico 2, as mulheres iniciaram a década de 2000 já com o hiato educacional favorável. Houve progressão geral dos anos médios de escolaridade para toda a população, que em 1995 tinha média 5,8 anos e passou para 9 anos em 2009, crescendo 3,2 anos. Entretanto, as mulheres tiveram um crescimento mais acelerado da média, crescendo 0,4 ano a mais do que os homens. Com isso, percebe-se a tendência a aprofundar o hiato favoravelmente às mulheres ao longo do tempo.

Contudo, analisar os dados sobre escolaridade feminina considerando as mulheres como um grupo homogêneo e utilizar a média para se concluir qualquer afirmação sobre o estado geral das mulheres é um erro, porque desconsidera características de grupos específicos que influenciam no acesso à educação. O Gráfico 3 mostra os mesmos dados sobre escolaridade feminina e masculina no Brasil no mesmo período do Gráfico 2, porém desagregados por raça, a principal variável que se intersecciona com gênero.

Gráfico 3 - Média de anos de estudo das pessoas ocupadas com 16 anos ou mais de idade, segundo cor/raça e sexo



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
Elaboração própria.

É possível perceber com o Gráfico 3 que as mulheres negras possuem maior média de anos de estudo em comparação com homens negros (8,9 anos contra 7,6 anos em 2015, respectivamente), mas não com os homens brancos, que possuíam 9,5 anos de estudo em média em 2015. As mulheres negras tiveram o maior crescimento na média de anos de estudo entre todos os grupos, crescendo 3,9 anos entre 1995 e 2015, mas ainda não alcançaram a média dos homens brancos, de 9,5 anos.

Percebe-se, assim, que o hiato racial da educação se sobressai ao hiato de gênero da educação. O aumento recente da escolaridade das mulheres negras, sendo o maior da série e tendo um crescimento 20% maior do que o crescimento das mulheres brancas e 30% maior do que o dos homens brancos, ainda não foi o suficiente para fazer as séries da população negra convergirem com os números da população branca.

O aumento geral da escolaridade foi o motor que impulsionou o crescimento da escolaridade feminina, cuja média superou a média dos homens. Mas esse crescimento, apesar de ter impulsionado as mulheres negras mais do que qualquer outro grupo, ainda não foi o suficiente para reduzir o hiato racial da educação. Por isso, apesar de correta, a afirmação de que as mulheres têm maior escolaridade do que os homens dificilmente retrata a realidade brasileira. Pois as mulheres negras seguem sendo o segundo grupo com menor média de anos de estudo, atrás das mulheres brancas e homens brancos,

respectivamente. Para poder realmente fechar o hiato de gênero na educação, é necessário fechar também o hiato de raça.

2.2 Mulheres no mercado de trabalho

Uma das principais razões apontadas para a feminização da pobreza na literatura são os menores níveis de educação e menores remunerações entre as mulheres em comparação com os homens. Nesta seção, pretende-se analisar a relação entre educação e renda, o impacto da escolaridade na renda feminina, e se a educação é suficiente para explicar a feminização. Ainda, investiga-se a segunda explicação para a feminização da pobreza, a disparidade salarial, e sua situação atual no Brasil.

Existe uma importante relação entre renda e escolaridade, principalmente quando se trata de escolaridade feminina, entretanto a explicação pela educação ainda é insuficiente para explicar a desigualdade de renda entre homens e mulheres, e principalmente a feminização da pobreza, visto que ao analisar dentro das classes mais vulneráveis socioeconomicamente, não há níveis significativamente diferentes de educação entre homens e mulheres dentro desse grupo, mas menores níveis totais em relação às classes mais altas.

Dessa forma, não apenas os menores níveis históricos em educação causam o efeito de maior pobreza entre mulheres. Mesmo com a predominância atual das mulheres em todos os níveis de educação, é pouco provável que essas mulheres qualificadas encontrem a mesma inserção e remuneração que um equivalente masculino ao entrar no mercado de trabalho com o diploma.

Na verdade, o aumento da escolaridade não é o suficiente para fechar a lacuna de gênero nas remunerações, pois as mulheres ganham menos na média do que os homens em qualquer nível de educação. A lacuna é maior no ensino superior, e a vantagem no retorno da educação aumenta ao longo da idade: retornos ao ensino superior se tornam maiores conforme os indivíduos envelhecem (OECD, 2012, p. 28).

A OECD (2012, p. 30) contrapõe apontando que as diferenças na inserção no mercado de trabalho podem ser parcialmente explicadas pela sobre e sub-representação feminina em determinadas áreas de conhecimento. Entre os países da OECD em 2010, exceto Japão e Turquia, mais de 70% dos estudantes de ensino superior na área de educação eram mulheres, bem como as mulheres representavam 74% dos diplomas

concedidos nas áreas de saúde. Em contraste, na maioria dos países, menos de 30% dos formandos nas áreas de engenharia, produção e construção eram mulheres.

Em um esforço de estudar a baixa participação de mulheres, minorias e deficientes na ciência, a pesquisadora Jeannie Oakes (1990) estuda os diferentes fatores que influenciam esses resultados. Para dar início a sua investigação, a autora reúne a literatura existente sobre a experiência de obtenção de estudos requeridos para alcançar uma carreira acadêmica, e como essa experiência se diverge para diferentes grupos, fazendo o recorte de gênero e raça.

Oakes (1990) se utiliza do conceito de *pipeline* ou funil da educação, ou seja, o caminho, cada vez mais estreito e restritivo, que um estudante percorre até chegar à seleta carreira acadêmica. Parte importante do funil educacional, a autora se baseia no estudo de 1983 de Berryman, "*Who Will Do Science?*", em que investiga a formação social e institucional dos "bancos de talento", de onde os futuros cientistas profissionais são selecionados.

Berryman (1983) descobriu que o banco de talentos em ciência/matemática aparece primeiramente na escola primária e atinge seu tamanho máximo antes do ensino médio, no qual existe algum movimento de entrada de novos alunos nesse banco, mas o movimento de saída supera o de entrada, restringindo ainda mais a uma "elite" de alunos. Após o ensino médio, o movimento é quase inteiramente de saída. Assim, para a formação de profissionais acadêmicos, é necessário o encorajamento de entrada no banco de talentos antes do ensino médio, mas mantê-los requer atenção em todos os níveis desse *pipeline*.

Uma vez que se decida por ingressar na universidade, a escolha do curso e a frequência escolar são ambas influenciadas pelos resultados ao fim do ensino médio. Entretanto, a confiança dos alunos em suas habilidades e sua atitude frente à matemática e à ciência também são profundamente relacionadas à sua escolha de curso (BETZ; HACKETT, 1983; WARE; LEE, 1985 apud OAKES, 1990).

Dessa forma, percebe-se que as oportunidades de aprender matemática e ciência, os resultados nessas disciplinas e o desenvolvimento de atitudes e interesses que levam aos alunos a buscar estudo nessas áreas são centrais para a persistência dos alunos nesse funil e posterior participação na ciência. Mas onde é que as mulheres se perdem nesse caminho?

Segundo Berryman (1983), as mulheres se perdem através de dois mecanismos: elas obtêm diplomas avançados em menores taxas e escolhem cursos quantitativos a uma taxa menor que a dos homens. Em comparação, negros e hispânicos se perdem muito antes no *pipeline*, ao adquirirem menores resultados em matemática durante a escola, incluindo mulheres negras e hispânicas.

Dessa forma, infere-se a existência de barreiras institucionais, sociais e psicológicas que afetam o interesse, desempenho e oportunidades das mulheres à ciência tecnológica antes e durante a faculdade, principalmente as mulheres negras. Durante o ensino básico, garotas apresentam menos interesse e experiências em ciências, uma provável consequência da diferença de tratamento e apresentação do estudo dessas disciplinas dentro e fora da escola (OAKES, 1990).

No ensino médio, ainda que as diferenças em performance sejam quase nulas, meninas ainda se mostram com uma visão mais negativa da ciência que os garotos, bem como reportam menos experiência. Essa diferença em experiência e interesse persiste e se aprofunda, até que acaba por reduzir o desempenho feminino nessas disciplinas ao fim do ensino médio.

No ensino superior, como aponta Schienbinger (1990), as estatísticas para mulheres na ciência variam de acordo com o campo de estudo, mas o padrão é sempre o mesmo: muitas mulheres na base da pirâmide acadêmica, na entrada da graduação, poucas no topo, como professoras e pesquisadoras.

Ao estudar os efeitos de causa e consequência que levam a esse fenômeno, Berryman (1983) conclui que talento, sob a forma de resultados acadêmicos, e interesse, sob a forma de escolha, são importantes para a permanência no funil, mas um terceiro fator é também central para isso: oportunidade. Oportunidade é aqui definida como o acesso que estudantes têm a experiências com ciência e matemática dentro e fora da escola. Talento, interesse e oportunidades são fatores altamente correlacionados.

É imprescindível apontar, entretanto, que esses estudos sobre o processo de escolha e exclusão das mulheres das ciências duras pressupõem a oportunidade de acesso completo e irrestrito desses indivíduos a todos os níveis de ensino, do básico ao superior. Esse não é o caso para todas as mulheres do mundo. Na verdade, o acesso à educação para meninas é uma barreira para grande parte da população mundial, por motivos culturais e restrições socioeconômicas. Somente em 2016, o índice do Banco

Mundial para a paridade de gênero na matrícula no ensino primário atingiu o valor 1, indicando completa paridade, e no ensino secundário ainda não foi atingido (BANCO MUNDIAL, 2017c; 2017d).

Em contextos de baixa renda, a desigualdade sexual possui canais de transmissão, na forma de estruturas sociais que perpetuam a exclusão das mulheres do convívio pleno em sociedade, inclusive do acesso à educação. Esses canais de transmissão da desigualdade são relacionados, compondo um sistema cíclico. Um exemplo desse ciclo é o casamento infantil forçado ou a gravidez precoce, que excluem as garotas da escola, impedindo-as de trabalhar posteriormente, o que torna sua renda menor ou inexistente, que por sua vez aumenta o número de filhos, diminuindo ainda mais suas chances de inserção no mercado de trabalho, da obtenção de estudo e da independência financeira, também associada à saúde física e vulnerabilidade social das mulheres.

Nesse sentido, a pobreza está relacionada ao menor investimento na educação de meninas. Entre os motivos, a escolha das famílias em um contexto de recursos escassos, uma vez que as famílias, ao se depararem com os custos de inserir uma criança na escola, pensam no retorno financeiro que a educação do filho trará após adulto, quando estiverem inseridos no mercado de trabalho e os pais estiverem idosos.

Filhos homens possuem maior inserção no mercado e maiores salários, o que permite um maior retorno da criação dos filhos do que das filhas. Quando o retorno esperado de matricular suas filhas na escola não excede os custos de fazê-lo, a educação feminina se torna pouco atrativa para os pais. As filhas, então, só recebem educação na medida em que seus pais estão dispostos a receber retornos financeiros menores (LLOYD; KING; HILL, 2006, p. 8).

A inserção de crianças na escola diferencia-se por gênero na medida em que diferentes preferências, privadas e sociais, são estabelecidas no contexto em que vivem os pais ou responsáveis. Para que se complete a análise sobre os custos e ganhos financeiros da educação dos filhos, os pais se confrontam com diferentes tipos de retornos. Alguns desses retornos são captados pelos próprios pais ou pelo filho no futuro, os quais chamamos de retornos privados, enquanto muitos retornos da educação são impossíveis de serem absorvidos pelos indivíduos, mas o são pela sociedade, o que convém chamarmos de retornos sociais (SCHULTZ, 2002, p. 2).

O retorno privado é definido como a taxa interna de retorno que iguala o valor presente descontado do custo privado de obtenção de educação com o valor presente

descontado dos ganhos individuais nas atividades produtivas subsequentes, líquido de impostos. O custo social é definido como o conjunto dos custos e retornos privados, o custo público de fornecer o ensino e tem como retorno monetário os ganhos em impostos subsequentes da formação do capital humano, bem como os retornos sociais mais amplos. Os retornos sociais incluem esses efeitos e externalidades que a educação gera, mas que não podem ser captados pelos indivíduos (SCHULTZ, 2002, p. 2).

A educação é um investimento que não cresce conforme seu rendimento, mesmo sendo uma opção de baixo risco, pois boa parte dos retornos da educação são sociais e difíceis de serem absorvidos pelos indivíduos. Dessa forma, o investimento em educação possui uma ineficiência em seu fornecimento que muitas vezes é suprido pelo Estado, com o fornecimento de educação pública gratuita. Nos casos onde a educação é gratuita, o principal custo se relaciona ao custo de oportunidade de estar trabalhando, assim como eventuais custos relacionados como compra de livros, materiais e transporte.

É no cálculo dos retornos privados que a balança se torna desfavorável para a decisão de colocar filhas na escola em detrimento de filhos em situações de recursos escassos. Os retornos privados para a educação feminina são calculados com base em seus salários futuros, os quais, devido à disparidade salarial de gênero, serão menores que os salários masculinos. Ainda que essa disparidade salarial faça com que os custos de oportunidade do estudo em relação ao trabalho sejam menores para meninas, é provável que a percepção dos pais tenda a considerar o retorno do trabalho maior do que o retorno de enviar suas filhas para a escola na esperança de um aumento de salários no futuro (SCHULTZ, 2002, p. 24).

Segundo o IBGE (2018), as mulheres brasileiras recebem cerca de $\frac{3}{4}$ do rendimento médio do trabalho dos homens. Novamente, parte da diferença pode ser explicada pela natureza do trabalho que as mulheres ocupam, com concentração em áreas de menor remuneração e alocação em trabalho parcial. Porém, controlando pelas horas trabalhadas, a razão passa a 86,7%. Ainda que menor, a desigualdade se mantém, podendo estar relacionada com a discriminação salarial e a segregação ocupacional das mulheres dentro do mercado de trabalho.

Assim como aponta a literatura para países desenvolvidos (OECD, 2012), no Brasil, a disparidade de rendimento é maior na categoria ensino superior completo ou mais, alcançando 63,4% dos rendimentos dos homens em 2016. Similarmente, a desigualdade aumenta nas faixas de idade mais elevadas. A esse fenômeno podem ser atribuídas duas

explicações: a primeira delas é que as mulheres mais novas têm maior escolaridade que as mulheres mais velhas, e por isso estão inseridas em ocupações que pagam mais; a segunda razão está relacionada à maternidade e cuidados com outros familiares (IBGE, 2018, p. 5).

O descolamento salarial também está relacionado ao fato de mulheres atingirem menos postos de chefia, algo que acontece na maturidade. A maternidade afasta a mulher do mercado de trabalho por um período, e quando ela retorna, existe a possibilidade de demissão e a probabilidade de se reinserir com o mesmo salário é baixa (IBGE, 2018, p. 5). Além disso, para as mulheres, a escolha entre carreira e maternidade pode ser binária, pois as idades 24 a 35 anos, período médio de fertilidade das mulheres, são anos cruciais para determinar o sucesso na profissão (SCHIENBINGER, 1987, p. 322).

A inserção da mulher no mercado de trabalho é o ponto onde ocorre o choque entre a esfera produtiva e a esfera reprodutiva. A análise do mercado de trabalho deve ser feita integralmente, abarcando as dinâmicas do trabalho não-remunerado tanto quanto o trabalho remunerado, pois o primeiro é realizado nos domicílios para o benefício da sociedade e sustenta o funcionamento da economia (CEPAL, 2018).

Sarvasy e Allen (1984) discutem o “papel dual” da mulher, termo que captura o fato de a maioria das mulheres serem delegadas da integração do trabalho assalariado e o trabalho doméstico. O “papel dual” refere-se às duas estruturas, à família e ao mercado de trabalho, e os dois tipos de trabalho, doméstico não-remunerado e assalariado, que a maioria das mulheres se veem obrigadas a exercer no seu dia a dia.

Não necessariamente a execução desse papel dual torna todas as mulheres pobres, mas torna as mulheres mais vulneráveis à pobreza. Essa vulnerabilidade é diferente durante períodos de expansão ou recessão econômica, e diferente entre classes e raças. Por trabalho doméstico não se entende apenas o cuidado com crianças, mas também cuidado com os idosos e doentes, alimentação, limpeza, compras, compromissos e gestão das finanças domésticas. Assim, mesmo mulheres sem filhos podem facilmente exercer esse papel.

É importante notar que em termos de vulnerabilidade à pobreza, as responsabilidades desproporcionais que mulheres assumem com cuidado de crianças e idosos são os pontos mais latentes sobre o trabalho doméstico, mas políticas que procurem aliviar essa responsabilidade dos ombros das mulheres, como creches e lar para

idosos públicos, ainda não desafiam a quantidade de trabalho doméstico que mulheres exercem, o valor que a sociedade atribui a esse trabalho, o custo de oportunidade pessoal e econômico desse tempo e energia e a distribuição do trabalho doméstico entre homens e mulheres (SARVASY; ALLEN, 1984, p. 93).

Dentro da análise da dupla jornada, é importante explicitar as interseções existentes entre gênero, raça e classe, pois a análise de interesses comuns entre mulheres pode tornar invisíveis aspectos específicos a certos grupos. Um exemplo é como algumas mulheres são capazes de passar sua dupla jornada para outras mulheres; cuidadoras de crianças e idosas, empregadas domésticas, cozinheiras, trabalhadoras de lavanderias estão aliviando as restrições de tempo e trabalho doméstico de outras mulheres, mas, como mulheres, enfrentam suas próprias duplas jornadas. Além disso, a composição da jornada de trabalho dupla pode ser diferente para diferentes raças e classes por causa de diferentes posições dentro do mercado de trabalho que é segregado por gênero e raça, estruturas familiares e abordagens socioculturais a mulheres como chefes de famílias monoparentais. Os aspectos injustos do papel dual só serão erradicados quando não for delegado para mulheres mais pobres e não-brancas (SARVASY; ALLEN, 1984, p. 93).

No Brasil, em 2016, as mulheres alocaram aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos cerca de 73% a mais de horas do que os homens (18,1 horas contra 10,5 horas). Na região de maior desigualdade na distribuição, Nordeste, as mulheres dedicam ao trabalho doméstico 80% a mais de tempo do que os homens, alcançando 19 horas semanais. Pelo recorte racial, nota-se que as mulheres pretas ou pardas são as que passam mais horas gastas nos cuidados de pessoas e/ou aos afazeres domésticos, atingindo 18,6 horas semanais em 2016. Há pouca variação em relação a raça e região para os homens, mantendo a desigualdade observada (IBGE, 2018, p. 3).

Mulheres que precisam combinar trabalho remunerado com os afazeres domésticos e cuidados, muitas vezes acabam por trabalhar em ocupações com carga horária reduzida. As mulheres indicam maior proporção dos ocupados em trabalho parcial, de até 30 horas, comparado aos homens, sendo as mulheres pretas e pardas as que mais ocupam trabalho parcial, alcançando 31,3% do total, frente a 25% de mulheres brancas em 2016. Para os homens, 11,9% dos brancos se ocuparam por tempo parcial, ao passo que a proporção de pretos ou pardos alcançou 16,0% (IBGE, 2018, p. 3).

3 METODOLOGIA E RESULTADOS

Neste capítulo, apresentam-se e analisam-se os resultados obtidos a partir dos dados quantitativos. Pretende-se investigar a existência da sobre-representação feminina da pobreza e seu comportamento ao longo do tempo, a evolução da feminização da pobreza, no período entre 2004 e 2015 no Brasil, bem como os dados sobre renda de homens e mulheres, desagregados por raça.

3.1 Metodologia, hipótese e limitações

Para a análise de dados quantitativos, utilizou-se a análise das PNADs de 2004 até 2015, com exceção do ano de 2010 em virtude da indisponibilidade de dados², desagregando os dados pela linha da pobreza, raça e gênero. A análise foi feita a partir de um único tipo de indicador de sobre-representação e feminização da pobreza: a análise de pessoas. Essa análise de pessoas se deu pela observação da proporção de mulheres entre a população pobre, desagregando os dados sobre renda em quintil por raça.

Utilizou-se como medida de recursos a renda nominal domiciliar per capita, o que pode acabar por superestimar a pobreza brasileira, pois a renda contabilizada pelo IBGE considera apenas rendas monetárias, ignorando a existência de outros recursos como produção de subsistência, bens patrimoniais e acesso a proteção social. A linha de pobreza adotada foi de renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 406,00 mensais em 2017, de acordo com o critério utilizado pelo IBGE, deflacionada para valores nominais nos anos anteriores pelo IPCA.

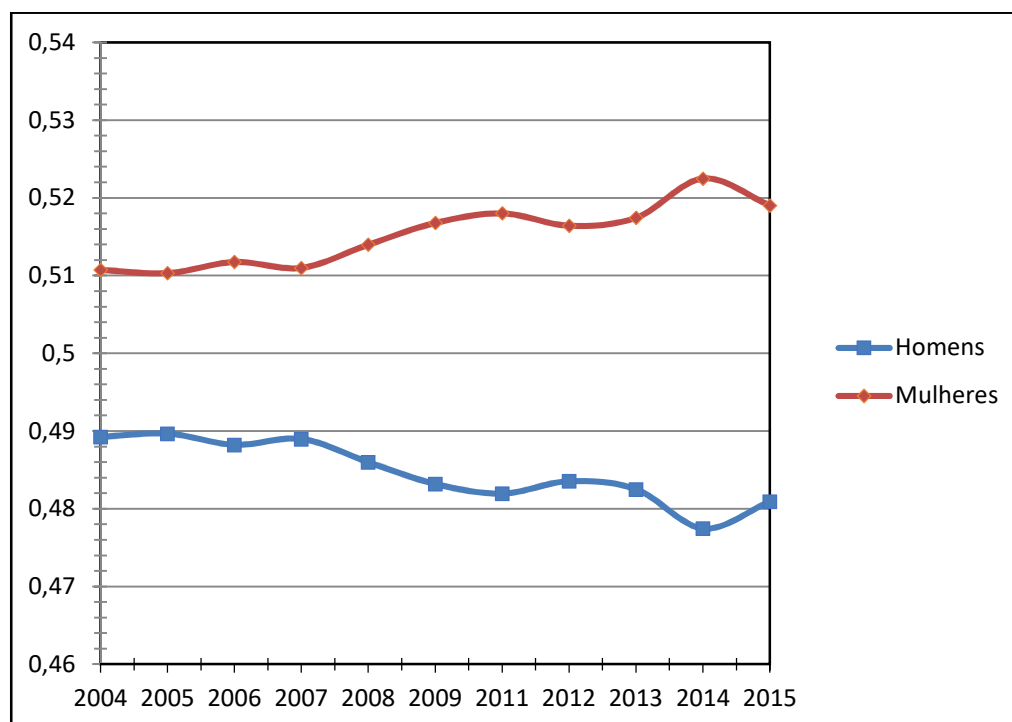
3.2 Feminização da pobreza

Para verificar a existência da feminização da pobreza, é necessário primeiramente investigar acerca da sobre-representação das mulheres na pobreza nos recortes temporais. Pelo Gráfico 4, é possível observar que para todos os anos, as mulheres representam mais de 51% da população pobre, entretanto nunca ultrapassam os 53%. Entretanto, esse número não significa que houve uma sobre-representação feminina, pois reflete a composição demográfica da população brasileira: em 2000, as mulheres compunham 50,78% da população e, em 2010, representavam 51,03%. Dessa maneira, não é possível afirmar que houve sobre-representação das mulheres na pobreza no Brasil no período 2004 a 2015 com relação à proporção de mulheres abaixo da linha da pobreza.

² No ano de 2010 foi realizado o Censo, portanto, não houve a realização da PNAD.

Não é possível afirmar, entretanto, que não houve sobre-representação das mulheres na pobreza no período, pois o estudo com base na proporção de domicílios chefiados por mulheres não faz parte do escopo dessa pesquisa, por limitação no software na análise de dados para domicílios. Assim, existe espaço para aprofundar a pesquisa e investigar sobre a feminização da pobreza para domicílios chefiados por mulheres no Brasil nesse período

Gráfico 4 – Proporção homens e mulheres entre os mais pobres



Fonte: IBGE/PNAD Microdados.
Elaboração própria.

Tampouco é possível afirmar que houve uma feminização da pobreza, pois não houve um aumento substantivo da sobre-representação feminina no período. Entre 2004 e 2015, a proporção das mulheres na população total cresceu 0,76%, e entre a população pobre a proporção cresceu 1,6%. Similarmente ao resultado encontrado em Costa et al (2005) para o período 1983-2003, não é um crescimento expressivo quando descontado o crescimento da proporção populacional, ainda que indique um leve crescimento de mulheres entre os pobres acima do crescimento entre a população geral.

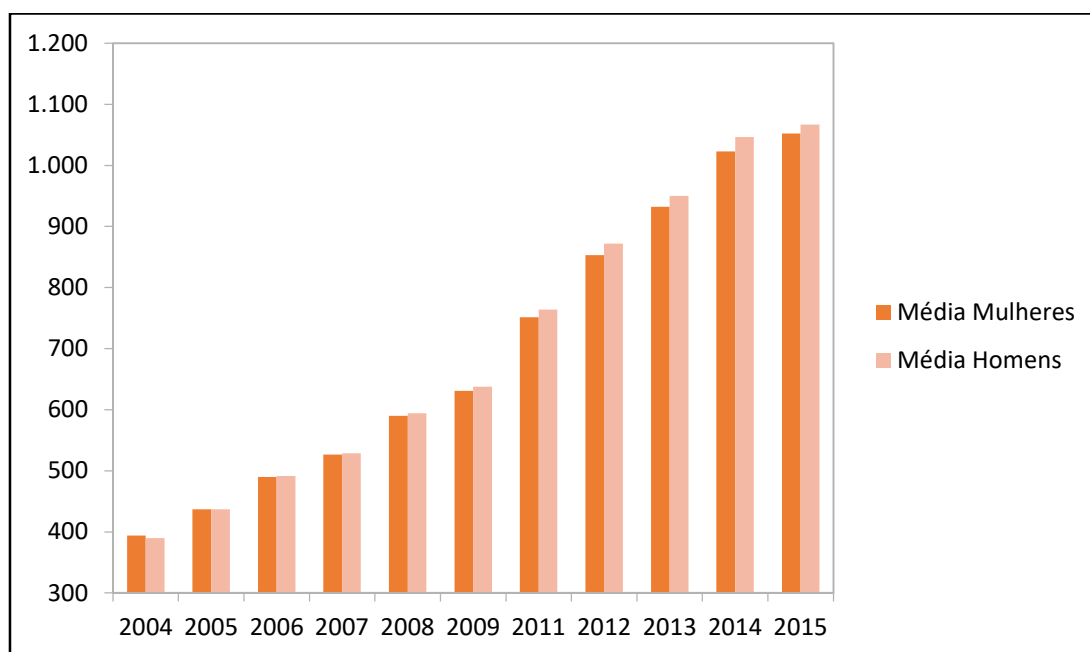
É imprescindível ressaltar, contudo, que essa análise se deu com base na metodologia de cálculo de pessoas e, na impossibilidade de estender o estudo, não é possível afirmar se ocorreu sobre-representação ou feminização no período com respeito

aos domicílios chefiados por mulheres.³ Ainda, neste estudo, leva-se em consideração como medida de renda a renda domiciliar per capita, o que pressupõe a distribuição igual dos recursos entre os membros do domicílio. Sabemos que a afirmativa não é verossímil, mas por impossibilidade de dados, não é possível mensurar ou quantificar exatamente como ocorre a distribuição intrafamiliar da renda, tampouco é possível generalizá-la para realizar a mensuração da renda de uma população.

Ao analisar a renda dos homens e das mulheres, percebe-se que as rendas médias dos dois sexos parecem crescer simultaneamente, e não apresentam grandes diferenças entre si. Na verdade, a renda média das mulheres ultrapassou a renda média dos homens. No Gráfico 5, apresenta-se a renda média nominal dos homens e das mulheres dentro do período 2004-2015. No Gráfico 6, evidencia-se a renda domiciliar mensal per capita de todas as mulheres, isto é, a renda de todas as mulheres somadas.

O Gráfico 5 evidencia que as mulheres possuíam renda média similar à renda média dos homens, mas ao longo do tempo os homens as ultrapassaram. Ainda, o Gráfico 6 apresenta a renda total das mulheres como superior a renda total dos homens, o que se explica pelo fato das mulheres serem maioria da população.

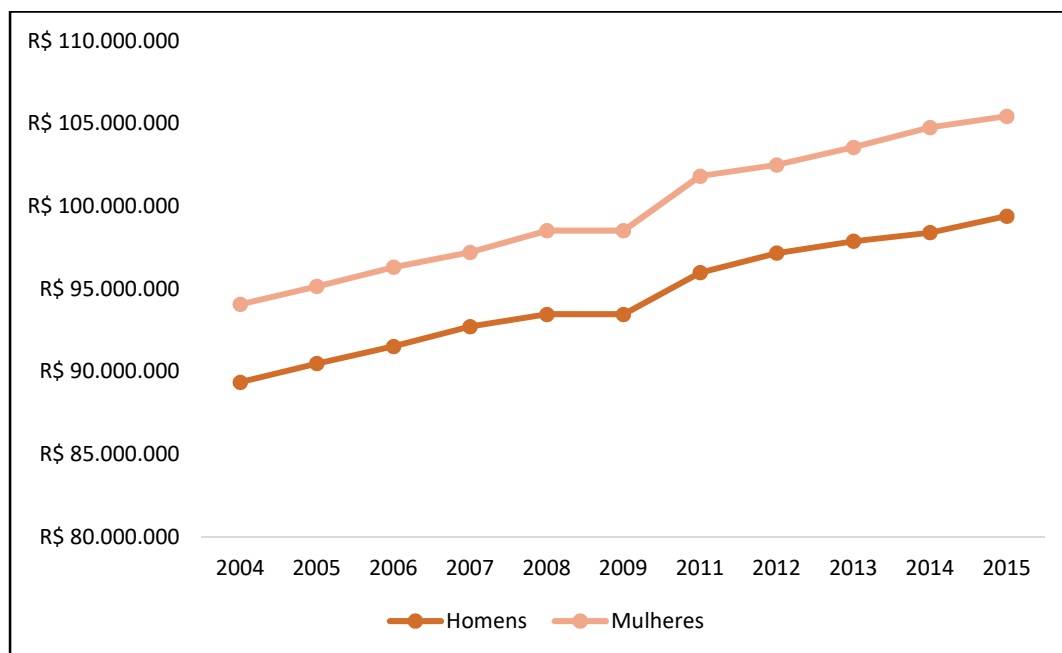
Gráfico 5 – Renda Nominal Média dos Homens e Mulheres



Fonte: IBGE/PNAD Microdados.
Elaboração própria.

³ Para estudos sobre feminização da pobreza e sobre-representação no Brasil para períodos anteriores, e com mensuração por pessoa e por domicílio chefiado por mulher, ver Costa et al (2005).

Gráfico 6 – Renda Nominal Domiciliar per Capita Total dos Homens e Mulheres

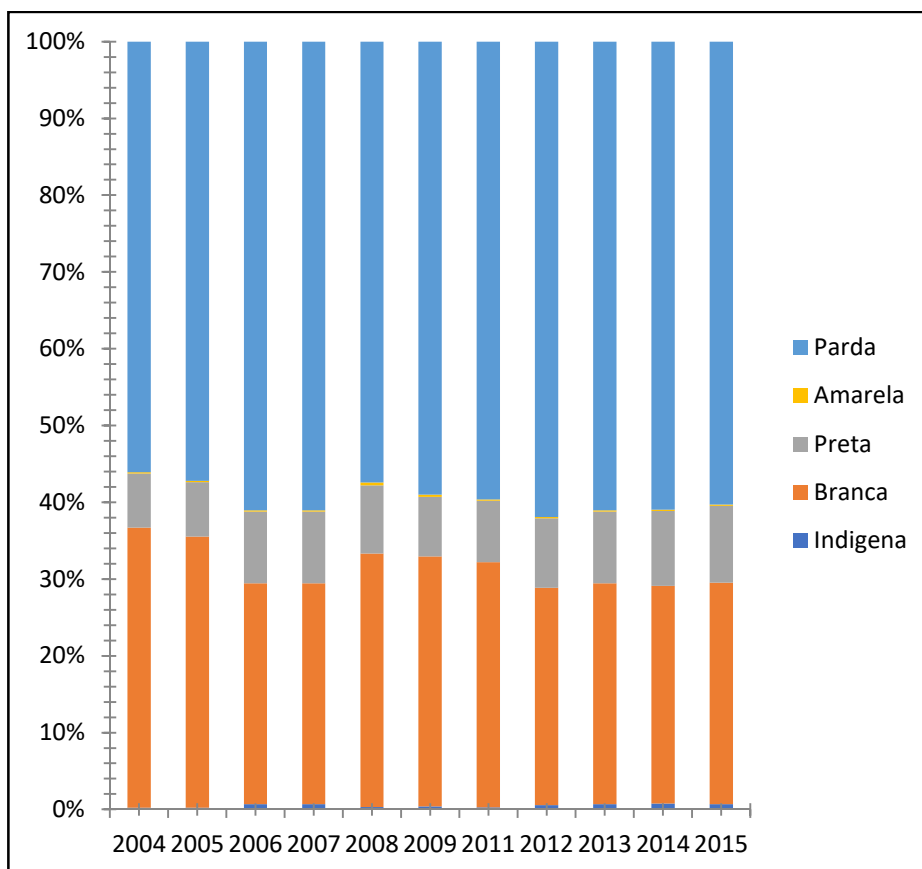


Fonte: IBGE/PNAD Microdados.
Elaboração própria.

3.3 A racialização e a feminização da pobreza

Ainda que não seja possível afirmar que houve sobre-representação ou feminização da pobreza entre as mulheres, os dados sobre renda variam conforme outras características. Assim como o equívoco na análise de dados sobre educação feminina mencionado no capítulo anterior, a utilização da média das mulheres no estudo sobre sua situação socioeconômica pode mascarar desigualdades dentro do grupo feminino da população. Dito isso, é imprescindível desagregar dados sobre renda também para raça, uma vez que a situação socioeconômica das mulheres brancas e negras é distinta no Brasil. No gráfico 7, mostra-se a composição racial da população abaixo da linha da pobreza.

Gráfico 7 – Composição da população pobre por raça



Fonte: IBGE/PNAD Microdados.
Elaboração própria.

Ao longo dos anos, nota-se uma predominância da população parda entre aqueles abaixo da linha da pobreza, representando mais de 50% em todos os pontos da série. É possível inferir, assim, uma sobre-representação de negros e pardos na pobreza.

Além da análise sobre a proporção entre homens e mulheres, considerou-se oportuno comparar também a situação entre diferentes grupos, por raça, gênero e classe. Dessa forma, utilizamos quintis para analisar a renda nominal dos diferentes grupos. Um quintil é a divisão de uma população em cinco partes iguais, nesse caso, o primeiro quintil diz respeito à renda dos 10% mais pobres da população e o último quintil diz respeito à renda que divide o 90% mais pobres dos 10% mais ricos. Ou seja, se o valor do 1º quintil é, por exemplo, R\$ 100,00, significa que os 10% mais pobres da população tem renda nominal igual ou menor que R\$100,00. Abaixo, analisam-se os grupos individualmente e depois comparamos os quintis inferiores entre si. O objetivo dessa análise é verificar a progressão da desigualdade inter e intragrupos, controlados por raça e gênero.

3.3.1 Mulheres e homens de mesma raça

Tabela 1 – Quintis de Renda dos Homens e Mulheres

Ano	Mulher					Homem				
	10%	25%	50%	75%	90%	10%	25%	50%	75%	90%
2004	58	107	211	416	833	57	105	208	408	820
2005	66	120	238	462	925	66	120	236	457	900
2006	77	141	270	519	1013	76	140	270	510	1000
2007	82	154	300	568	1100	82	152	300	566	1091
2008	100	181	345	635	1228	100	181	348	638	1214
2009	105	198	375	688	1300	106	200	377	688	1.295
2011	134	248	466	817	1500	136	250	470	833	1500
2012	155	284	530	933	1683	156	288	540	950	1700
2013	168	312	589	1004	1875	169	317	600	1025	1892
2014	199	360	654	1121	2000	200	362	666	1149	2033
2015	197	366	666	1164	2091	200	375	675	1172	2075

Fonte: IBGE/PNAD Microdados.

Elaboração própria.

Infere-se pela Tabela 1, que os quintis dos homens e das mulheres não possuem diferenças significativas entre si. A população total dos homens possui quintis muito similares às mulheres, na verdade, possuindo quintis menores em alguns pontos. Controlando por raça, é possível perceber que as diferenças entre homens e mulheres da mesma raça apresentam desigualdade no caso das pessoas não-brancas, como na Tabela 2 e na Tabela 3, que comparam os quintis de homens e mulheres de mesma raça.

Tabela 2 – Quintis de Renda de Homens Brancos e Mulheres Brancas

Ano	Mulher Branca					Homem Branco				
	10%	25%	50%	75%	90%	10%	25%	50%	75%	90%
2004	81	151	288	575	1125	80	150	288	570	1123
2005	95	170	321	625	1260	93	169	322	628	1263
2006	108	200	366	720	1400	107	200	366	712	1416
2007	120	218	400	766	1500	118	218	402	780	1511
2008	137	250	454	850	1660	136	250	462	866	1675
2009	150	270	497	928	1750	150	273	500	913	1750
2011	181	334	590	1066	2000	182	339	600	1090	2050
2012	211	400	675	1237	2283	218	400	700	1250	2333
2013	233	427	746	1350	2533	230	433	753	1350	2550
2014	266	480	820	1474	2780	267	482	840	1500	2875
2015	267	500	850	1533	2882	266	500	857	1525	2894

Fonte: IBGE/PNAD Microdados

Elaboração própria.

Tabela 3 – Quintis da Renda de Mulheres Pardas e Homens Pardos

Ano	Mulher Parda					Homem Pardo				
	10%	25%	50%	75%	90%	10%	25%	50%	75%	90%
2004	45	80	150	269	492	44	80	146	264	487

2005	51	93	168	305	550	50	93	166	300	545
2006	60	107	200	350	616	60	107	195	350	615
2007	66	120	219	391	675	64	118	214	382	670
2008	80	139	260	455	800	78	138	253	441	778
2009	85	155	288	499	865	83	151	275	479	832
2011	108	193	360	625	1065	103	189	349	600	1022
2012	125	226	414	705	1200	124	220	400	675	1166
2013	136	250	459	792	1333	133	244	450	750	1266
2014	166	290	520	880	1455	159	280	500	837	1416
2015	161	300	533	900	1500	157	286	522	850	1433

Fonte: IBGE/PNAD Microdados
Elaboração própria.

É possível perceber pela Tabela 2 que não existe diferença substancial entre homens e mulheres brancas, entretanto, a diferença é favorável para os homens na maior parte dos pontos. Contudo, quando se observa as diferenças entre homens e mulheres pardos na Tabela 3, a diferença se torna mais substantiva, e favorável para as mulheres. A diferença entre os sexos nos primeiros anos da série é muito pequena ou zero em todos os quintis, e ao longo do tempo se tornou favorável para as mulheres pardas, crescendo a diferença de renda entre os sexos e entre os quintis mais altos e os mais baixos, passando de uma diferença de R\$5 a mais na renda das mulheres pardas em relação aos homens pardos do quintil mais rico em 2004 para R\$67 de diferença em 2015. Esse crescimento da diferença, entretanto, pode ser explicado em parte pelos programas de transferência de renda do governo, das quais são beneficiárias as mulheres.

Dessa forma, ainda que as mulheres pardas tenham iniciado o período em paridade com os homens pardos, ao longo do tempo as mulheres pardas se tornaram menos pobres do que os homens pardos, ainda que não-linearmente e com taxas de variação diferentes para todos os quintis.

Tabela 4 – Quintis de Renda de Mulheres Pretas e Homens Pretos

Ano	Mulher Preta					Homem Preto				
	10%	25%	50%	75%	90%	10%	25%	50%	75%	90%
2004	50	91	173	300	534	52	93	173	306	550
2005	60	106	200	350	615	62	111	204	365	620
2006	70	120	225	385	670	71	125	233	400	700
2007	76	133	244	416	700	76	136	253	440	750
2008	90	160	287	475	820	100	169	303	507	856
2009	96	174	310	525	875	100	183	321	550	933
2011	123	215	380	642	1045	128	229	400	680	1100
2012	144	250	437	711	1166	155	264	466	758	1222
2013	146	271	483	780	1300	159	294	516	858	1.386

2014	181	310	532	866	1408	200	342	580	943	1.512
2015	192	325	564	900	1447	197	340	600	963	1512,711

Fonte: IBGE/PNAD Microdados

Elaboração própria.

Na Tabela 4, mostra-se a comparação entre as mulheres pretas e os homens pretos. Dentre as comparações entre raças, a população preta é a que mostra maior diferença entre os sexos, mas negativa para as mulheres pretas. Enquanto as mulheres brancas estão majoritariamente paritárias com os homens brancos e as mulheres pardas estão em vantagem em relação aos seus pares, as mulheres negras são as únicas que têm renda menor do que seus pares masculinos em todos os quintis, e as diferenças são maiores do que nos outros grupos. A diferença se aprofunda conforme se analisa os quintis mais ricos e ao longo do tempo, o que revela que todas as mulheres negras têm progressivamente se tornado mais pobres relativamente aos homens, sendo mais intenso o fenômeno nas classes mais altas.

3.3.2 Mulheres e homens: Comparação entre raças

É possível perceber pela análise dos quintis que a diferença de renda feminina e masculina varia conforme classe e raça, não sendo possível traçar um padrão sobre a condição das mulheres em relação aos homens. Para comparar o efeito de raça sobre a renda das mulheres em relação aos homens, contrastamos os quintis entre mulheres e homens de diferentes raças, demonstradas nas tabelas abaixo. Nas Tabelas 5 e 6, mostram-se as diferenças de renda por quintil entre mulheres pardas e negras, respectivamente, e homens brancos.

Tabela 5 – Desvio de Renda dos Quintis de Homens Brancos e Mulheres Pardas

Desvio de Renda dos Quintis de Homens Brancos e Mulheres Pardas					
Ano	10%	25%	50%	75%	90%
2004	36	70	142	306	636
2005	43	76	156	328	717
2006	47	93	171	362	801
2007	54	100	188	398	841
2008	58	112	209	425	897
2009	67	122	225	434	918
2011	79	150	251	490	1028
2012	94	180	300	575	1167
2013	97	189	302	600	1284
2014	108	202	340	663	1459
2015	109	214	335	675	1461

Fonte: IBGE/PNAD Microdados
Elaboração própria.

Tabela 6 – Desvio de Renda dos Quintis de Homens Brancos e Mulheres Pretas

Desvio de Renda dos Quintis de Homens Brancos e Mulheres Pretas					
Ano	10%	25%	50%	75%	90%
2004	30	59	115	270	589
2005	33	63	122	278	647
2006	37	80	141	327	746
2007	42	85	158	364	811
2008	46	90	175	391	855
2009	54	99	190	388	875
2011	59	124	220	448	1005
2012	74	150	263	539	1167
2013	84	162	269	570	1250
2014	86	172	308	634	1467
2015	74	175	293	625	1447

Fonte: IBGE/PNAD Microdados
Elaboração própria.

Na tabela 5, mostra-se a diferença observável de renda entre as mulheres pardas e os homens brancos, sendo uma diferença positiva considerável para os homens brancos, se aprofundando ao longo do tempo e entre os quintis em um ritmo acelerado. Um contexto similar é demonstrado na Tabela 6 na comparação entre homens brancos e mulheres pretas. A diferença entre os dois grupos se aprofunda ao longo do tempo e entre os quintis, tendo uma diferença significativa até mesmo dentro dos quintis mais pobres.

A comparação entre mulheres não-brancas e homens brancos mostra uma evidente desigualdade entre homens e mulheres. Mas é essencial que, antes de se concluir que as mulheres estão em desvantagem aos homens por meio da análise inter-racial, atentar-se para quanto dessa desigualdade vem, na verdade, da desigualdade racial mais do que da desigualdade sexual. Para comparar, realizou-se uma comparação dos quintis de mulheres brancas com homens não brancos, como na Tabela 7, em que comparamos mulheres brancas e homens pardos, e na Tabela 8, onde as comparamos com os homens pretos.

Tabela 7 – Desvio de Renda dos Quintis de Homens Pardos e Mulheres Brancas

Desvio de renda entre as Mulheres Brancas e os Homens Pardos					
Ano	10%	25%	50%	75%	90%
2004	-36	-71	-138	-306	-633
2005	-44	-77	-153	-320	-710
2006	-48	-93	-166	-370	-784
2007	-54	-98	-181	-375	-825

2008	-57	-111	-194	-395	-860
2009	-65	-115	-209	-429	-885
2011	-73	-141	-230	-441	-935
2012	-86	-174	-261	-532	-1083
2013	-97	-177	-287	-558	-1200
2014	-100	-190	-300	-594	-1325
2015	-106	-200	-317	-633	-1382

Fonte: IBGE/PNAD Microdados

Elaboração própria.

Tabela 8 – Desvio de Renda dos Quintis de Mulheres Brancas e Homens Pretos

Desvio de Renda dos Quintis de Homens Pretos e Mulheres Brancas					
Ano	10%	25%	50%	75%	90%
2004	-29	-58	-115	-269	-575
2005	-33	-59	-117	-260	-640
2006	-37	-75	-133	-320	-700
2007	-44	-82	-147	-326	-750
2008	-37	-81	-151	-343	-804
2009	-50	-87	-176	-378	-817
2011	-53	-105	-190	-386	-900
2012	-56	-136	-209	-479	-1061
2013	-74	-133	-230	-492	-1147
2014	-66	-138	-240	-531	-1268
2015	-70	-160	-250	-570	-1370

Fonte: IBGE/PNAD Microdados

Elaboração própria.

Comparando mulheres brancas com homens pardos e preto, pela Tabela 7 e pela Tabela 8, evidencia-se que as mulheres brancas têm renda muito maior, em todos os quintis, para todos os anos. As mulheres brancas iniciam a série com mais do que o dobro da renda dos homens pardos e negros no maior quintil, e quase o dobro no menor, mas a diferença tem se reduzido ao longo do tempo, ao contrário da proporção de renda de mulheres pretas e homens brancos que tem se mantido estável, mas em consonância com os resultados para homens brancos e mulheres pardas.

Por fim, na Tabela 9, expõe-se a diferença de renda por quintis entre as mulheres pardas e os homens pretos, e na Tabela 10, a desigualdade entre mulheres pretas e homens pardos. Nota-se que as mulheres pardas têm renda menor que os homens pretos, e as mulheres pretas têm renda maior que os homens pardos.

Tabela 9 – Desvio de Renda dos Quintis de Homens Pretos e Mulheres Pardas

Desvio de Renda dos Quintis de Homens Pretos e Mulheres Pardas					
	10%	25%	50%	75%	90%
2004	8	13	27	42	63

2005	12	18	38	65	75
2006	11	18	38	50	85
2007	12	18	39	58	80
2008	22	31	50	66	78
2009	17	32	46	71	101
2011	25	40	51	80	78
2012	31	44	66	83	56
2013	26	50	66	108	120
2014	41	62	80	106	96
2015	40	54	78	113	79

Fonte: IBGE/PNAD Microdados
Elaboração própria.

Tabela 10 – Desvio de Renda dos Quintis de Homens Pardos e Mulheres Pretas

Desvio de Renda dos Quintis de Homens Pardos e Mulheres Pretas					
Ano	10%	25%	50%	75%	90%
2004	-5	-11	-23	-31	-42
2005	-9	-13	-32	-45	-65
2006	-10	-13	-25	-35	-54
2007	-10	-13	-25	-25	-25
2008	-10	-21	-27	-20	-20
2009	-11	-19	-22	-26	-10
2011	-15	-22	-20	-17	20
2012	-19	-24	-23	-6	34
2013	-10	-21	-24	12	33
2014	-15	-20	-12	14	47
2015	-31	-25	-31	0	53

Fonte: IBGE/PNAD Microdados
Elaboração própria.

3.3.3 Mulheres e Mulheres: Comparando entre raças

A análise de gênero da pobreza também pressupõe o estudo da pobreza dentro do grupo de mulheres. Por isso, nesta seção analisam-se os quintis de renda nominal dentro dos 3 grupos de mulheres, comparando suas rendas por raça. Na Tabela 11, podemos ver a comparação de mulheres brancas com mulheres pardas, na Tabela 12 vemos a diferença de mulheres brancas e mulheres pardas, e por fim, na Tabela 13, observamos as diferenças entre mulheres pardas e mulheres negras.

Tabela 11 – Desvio de Renda dos Quintis de Mulheres Brancas e Mulheres Pardas

Desvio de Renda dos Quintis de Mulheres Brancas e Mulheres Pardas					
Ano	10%	25%	50%	75%	90%
2004	37	71	142	311	638
2005	45	77	155	325	715
2006	48	93	171	370	785

2007	56	100	186	384	830
2008	59	112	201	409	882
2009	67	119	222	449	918
2011	78	145	241	466	978
2012	87	180	275	562	1117
2013	100	183	296	600	1267
2014	107	200	320	637	1364
2015	110	214	328	683	1449

Fonte: IBGE/PNAD Microdados
Elaboração própria.

Tabela 12 – Desvio de Renda dos Quintis de Mulheres Brancas e Mulheres Pretas

Desvio de Renda dos Quintis de Mulheres Brancas e Mulheres Pretas					
Ano	10%	25%	50%	75%	90%
2004	31	60	115	275	591
2005	35	64	121	275	645
2006	38	80	141	335	730
2007	44	85	156	350	800
2008	47	90	167	375	840
2009	54	96	187	403	875
2011	58	119	210	424	955
2012	67	150	238	526	1117
2013	87	156	263	570	1233
2014	85	170	288	608	1372
2015	75	175	286	633	1435

Fonte: IBGE/PNAD Microdados
Elaboração própria.

Tabela 13 – Desvio de Renda dos Quintis de Mulheres Pretas e Mulheres Pardas

Desvio de Renda dos Quintis de Mulheres Pretas e Mulheres Pardas					
Ano	10%	25%	50%	75%	90%
2004	6	11	27	36	47
2005	10	13	34	50	70
2006	10	13	30	35	55
2007	12	15	30	34	30
2008	12	22	34	34	42
2009	13	23	35	46	43
2011	20	26	31	42	23
2012	20	30	37	36	0
2013	13	27	33	30	34
2014	22	30	32	29	-8
2015	35	39	42	50	14

Fonte: IBGE/PNAD Microdados
Elaboração própria.

Pelas Tabelas 11 e 12, torna-se perceptível que as mulheres brancas possuem renda significativamente maior que as mulheres pretas e pardas para todas as classes, e que a diferença se aprofunda ao longo do tempo e conforme se aumenta a renda dos dois grupos de mulheres. Ainda, na Tabela 13, é perceptível que as mulheres pretas possuem renda maior do que das mulheres pardas, mas a diferença entre é muito menor do que a desigualdade existente entre as mulheres pardas e pretas e as mulheres brancas.

Os resultados encontrados sobre feminização da pobreza são consonantes com os resultados encontrados na literatura para o período 1983-2003 no Brasil, que indica que não houve sobre-representação de mulheres entre a população pobre, tampouco verificou-se o aumento desse indicador ao longo do tempo, o que caracterizaria a existência da feminização da pobreza (COSTA ET AL, 2005). Entretanto, reforça-se a limitação desse estudo para tirar conclusões sobre a feminização da pobreza para domicílios chefiados por mulheres, fazendo necessário avançar em pesquisas que testem esse fator, uma vez que a chefia feminina do domicílio é apontada como o principal fator de gênero na pobreza.

CONCLUSÃO

Os determinantes da feminização da pobreza apontados pela literatura são relacionados às condições específicas a que são submetidas as mulheres no mercado de trabalho, na escola e no domicílio especificamente porque são mulheres. Nessa pesquisa, igualmente buscou-se levantar, a partir da literatura, as causas da pobreza que diferem entre os sexos, sendo algumas específicas às mulheres, e que levam à sobre-representação e feminização da pobreza.

As diferenças na taxa de mortalidade e a dissolução matrimonial estão entre as causas que levam mulheres a chefiar sozinhas um domicílio com filhos, o que por sua vez as torna mais vulneráveis à pobreza. Diferenças em educação e rendimento, apontados como maiores determinantes da pobreza feminina, foram examinados com maior enfoque neste trabalho entre as possíveis causas. Encontrou-se que, apesar de historicamente mulheres terem menores níveis de educação devido ao acesso tardio ao ensino, o hiato de gênero na educação foi revertido após a década de 90 no Brasil, não sendo o suficiente para explicar as diferenças de renda entre homens e mulheres.

Entretanto, mostrou-se evidente que, apesar de as mulheres brancas terem maiores níveis de educação do que qualquer outro grupo, as mulheres negras seguem tendo menor escolaridade do que os homens brancos. Uma vez que a maior parte da população brasileira de mulheres é composta por mulheres pardas e negras, sendo essas mais suscetíveis à pobreza, sugere-se que o hiato racial da educação se sobrepõe ao hiato de gênero, e influi sobre a renda da maior parte das mulheres brasileiras.

Entretanto, ainda que o hiato de gênero se mostre insuficiente para explicar a feminização da pobreza, a disparidade salarial de gênero continua fragilizando a renda das mulheres brasileiras, alcançando 86,7% dos rendimentos dos homens por hora trabalhada (IBGE, 2018). Ainda, a inserção feminina no mercado de trabalho se dá de forma precária, uma vez que mulheres são mais suscetíveis a aceitar empregos de menores remunerações, devido à maior taxa de desemprego entre mulheres, e jornadas de trabalho parciais, devido à obrigação da dupla jornada feminina. Além disso, mulheres são contratadas em postos de trabalho em áreas consideradas tipicamente femininas, como setores de educação, serviço e cuidados, além de majoritariamente serem alocadas para serviços domésticos, remunerados e não remunerados, com presença majoritária das

mulheres negras e menores remunerações da sociedade no serviço doméstico remunerado (Melo, 2005, p. 15).

Os resultados encontrados nessa pesquisa indicam que não houve sobre-representação ou feminização da pobreza no Brasil para o período 2004 a 2015, uma vez que a proporção de mulheres abaixo da linha da pobreza em relação aos homens é condizente com a porção da população brasileira que as mulheres ocupam, e essa proporção não teve um crescimento substancial acima do crescimento da proporção feminina da população. Ainda, a renda média dos homens e mulheres se manteve em patamares relativamente iguais, sem diferenças substantivas entre si e com as mulheres ultrapassando os homens ligeiramente ao longo do tempo. Contudo, é importante ressaltar que a renda computada na metodologia da PNAD inclui rendimentos dos trabalhos e de programas de transferência de renda, ou seja, a renda das mulheres pode estar superestimada em relação a dos homens, por serem elas as beneficiárias dos programas.

Entretanto, atenta-se para a impossibilidade de afirmar que não houve sobre-representação ou feminização da pobreza entre os domicílios chefiados por mulher, pois essa medida não foi objeto de estudo nesse trabalho. Ainda, é importante notar que o estudo pressupõe a distribuição intrafamiliar igualitária dos recursos, o que não se verifica na realidade e pode superestimar a renda das mulheres, principalmente aquelas que não possuem trabalho remunerado.

Em um esforço para desagregar por raça a análise da pobreza relativa das mulheres, estudamos os quintis dos grupos por raça e gênero, comparando-os entre si. Ao final, percebe-se que os homens brancos têm as maiores rendas de todos, seguido de maneira muito próxima das mulheres brancas. As mulheres pretas têm renda menor que os homens e mulheres brancos e do que os homens pretos, mas maior que dos homens e mulheres pardos. As mulheres pardas têm renda menor do que todos os outros grupos, apenas acima dos homens pardos, que tem a menor renda de todos os grupos.

É evidente, assim, que a ordenação dos grupos de acordo com a renda não ocorre influenciado majoritariamente pelo gênero, somente quando interseccionado com raça. Os grupos estão ordenados praticamente por raça, e é somente no caso da população negra que se pode verificar que as mulheres têm rendas menores em relação aos homens, enquanto as mulheres brancas têm pouca diferença de renda dos homens brancos para os primeiros quintis da população, e as mulheres pardas passaram a ter renda maior do que dos homens pardos ao longo do tempo. A diferença de renda entre as mulheres pretas

e os homens pretos se aprofunda conforme se analisa os quintis mais ricos e ao longo do tempo, o que revela que todas as mulheres negras têm progressivamente se tornado mais pobres relativamente aos homens pretos, sendo mais intenso o fenômeno nas classes mais altas.

Evitando o erro de concluir sobre a situação de todas as mulheres a partir da média, comparamos a situação dos homens brancos e mulheres não-brancas. Ao se comparar mulheres não-brancas com homens brancos, percebe-se que a renda delas é menor para todos os períodos e quintis, em larga escala. A diferença entre os dois grupos se aprofunda ao longo do tempo e entre os quintis, tendo uma diferença significativa até mesmo dentro dos quintis mais pobres. Entretanto, antes de concluir que esse fenômeno é um produto da desigualdade sexual e racial, é importante comparar homens não-brancos e mulheres brancas para investigar se essa desigualdade vem, na verdade, da desigualdade racial.

Ao comparar mulheres brancas e homens pardos e pretos, é notável que as mulheres brancas têm renda maior que ambos. As mulheres brancas iniciam a série com mais que o dobro da renda dos homens pardos e negros no maior quintil, e quase o dobro no menor, mas a diferença tem se reduzido ao longo do tempo, ao contrário da proporção de renda de mulheres pretas e homens brancos que tem se mantido estável, mas em consonância com os resultados para homens brancos e mulheres pardas. Nota-se ainda que as mulheres pardas têm renda menor que os homens pretos, e as mulheres pretas têm renda maior que os homens pardos.

Para finalizar a análise, comparamos as rendas das mulheres entre si por raça, para verificar as desigualdades existentes dentro do próprio grupo. As diferenças encontradas entre mulheres brancas e mulheres pretas e pardas indica que as brancas têm renda maior, que a diferença aumenta nas classes mais altas, e a desigualdade entre os dois grupos aumentou ao longo do tempo.

É possível concluir que a renda domiciliar per capita das mulheres e dos homens na média são iguais, sem diferenças substanciais quando se leva em conta os programas de transferência. Houve um aumento da proporção de mulheres entre os pobres de 1,6%, porém em parte explicado pelo aumento de 0,76% das mulheres na proporção da população geral, portanto não é possível afirmar que houve sobre-representação das mulheres entre os pobres ou feminização da pobreza.

A única diferença encontrada para renda e gênero está dentro da população preta, uma vez que as mulheres pretas tem renda menor do que os homens pretos. A pesquisa aponta que a desigualdade racial reforça a desigualdade de gênero, pois a questão de gênero só parece influir negativamente sobre a renda das mulheres pretas. Ou seja, a desigualdade de gênero sobre a renda só é verificável ao se olhar também a desigualdade de raça da renda, quando analisamos a renda domiciliar per capita. Ainda, a renda dos homens e mulheres são menores entre os pretos e pardos, e mulheres e homens de uma mesma raça são posicionados juntos na distribuição brasileira da renda, o que aponta a desigualdade racial como um forte determinante da renda brasileira.

Porém, é importante ressaltar que a renda das mulheres adotada como medida nesse estudo pode estar superestimada pois contabiliza as transferências do governo, que são depositadas na conta das mulheres, e porque assume-se que a distribuição intrafamiliar da renda é igualitária, o que não se verifica na realidade. Tampouco é possível afirmar que a desigualdade sexual não influi sobre a pobreza das mulheres pois aqui não foi analisado o caso das mulheres em famílias monoparentais, o que é apontado como o principal determinante de gênero sobre a pobreza.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **Children out of school, primary, female**. [S. l.]. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SE.PRM.UNER.FE>. Acesso em: 18 jun. 2019a

_____. **Children out of school, primary, male**. [S. l.]. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SE.PRM.UNER.MA>. Acesso em: 18 jun. 2019b

_____. **School enrollment, primary (gross), gender parity index (GPI)**. [S. l.], 2017. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SE.ENR.PRIM.FM.ZS>. Acesso em: 18 jun. 2019c.

_____. **School enrollment, secondary (gross), gender parity index (GPI)**. [S. l.]. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SE.ENR.SECO.FM.ZS>. Acesso em: 18 jun. 2019d.

BARROS, Ricardo; FOX, Louise; MENDONÇA, Rosane. **Pobreza e domicílios chefiados por mulheres**. In: SEMINÁRIO NACIONAL POLÍTICAS ECONÔMICAS, POBREZA E TRABALHO, 2. Rio de Janeiro: IPEA, 1994, p.79-85.

BELTRÃO, K. I.; ALVES, J. E. D. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. **Cadernos de Pesquisa**, 2009.

BERRYMAN, S.E. **Who Will Do Science?** New York: The Rockefeller Foundation, 1983

CEPAL. **A ineficiência da desigualdade**. 1. ed. Santiago: CEPAL, 2018.

CHAABAN, J.; CUNNINGHAM, W. **Measuring the Economic Gain of Investing in Girls: The Girl Effect Dividend**. [s.l: s.n.].

COSTA, J. S. et al. a Face Feminina Da Pobreza: Sobre-Representação E Feminização Da Pobreza. **Texto para Discussão nº 1137 - IPEA**, 2005.

FRANKLIN, D. L. Feminization of Poverty and African-American Families: Illusions and Realities. **Affilia**, 1992.

HEWARD, C. Chapter 1- Introduction: The New Discourses of Gender, Education and Development. In: **Gender, Education and Development: Beyond Access to Empowerment**. [s.l: s.n.].

HOFFMAN, E. P. Racial differences in the feminization of poverty. **The Review of Black Political Economy**, 1992.

IBGE. Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. **Estudos e pesquisas: informação demográfica e socioeconômica**, 2018.

LAMPIETTI, J. A.; STALKER, L. **Consumption expenditure and female poverty: a review of the evidence**. [s.l.] Citeseer, 2000.

LAVINAS, L. As Mulheres no Universo da Pobreza: o caso brasileiro. **Revista Estudos Feministas**, v. 4, n. 2, p. 464, 1996.

LLOYD, C. B.; KING, E. M.; HILL, M. A. Women's Education in Developing Countries: Barriers, Benefits, and Policies. **Population and Development Review**, 2006.

MEDEIROS, M.; COSTA, J. Is There a Feminization of Poverty in Latin America? **World Development**, 2008.

MELO, Hildete Pereira de. **Gênero e Pobreza no Brasil**. In: PEREIRA DE MELO, Hildete & BANDEIRA, Lourdes. A pobreza e as políticas de Gênero no Brasil. CEPAL. Série Mujer y Desarrollo. N.66. Jun/2005. pp.43-76.

NORTHROP, E. M. A Contrast of Black and White Feminization of Poverty. **Eastern Economic Journal**, 1994.

_____. The feminization of poverty: the demographic factor and the composition of economic growth. **Journal of economic issues**, 1990.

NOVELLINO, M. S. F. Feminização da pobreza no Rio de Janeiro, Brasil (1992-1999). **Anais**, p. 1–22, 2016.

_____. Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres. **XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais - ABEP**, 2004.

OAKES, Jeannie. **Lost Talent: The Underparticipation of Women, Minorities, and Disabled Persons in Science**. 1. ed. Santa Monica: Rand Corporation, 1990.

SCHULTZ, T. P. Why governments should invest more to educate girls. **World Development**, 2002.

PEREIRA, A. C. F. P.; FAVARO, N. DE A. L. G. História Da Mulher No Ensino Superior E Suas Condições Atuais De Acesso E Permanência. **IV Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação**, 2017.

QUISUMBING, A.; HADDAD, L.; PEA, C. Gender And Poverty: New Evidence From 10 Developing Countries. 2000.

SARVASI, W.; VANALLEN, J. Fighting the Feminization of Poverty: Socialist-Feminist

Analysis and Strategy. **Review of Radical Political Economics**, 1984.

SCHIEBINGER, Londa. **The History and Philosophy of Women in Science: A Review Essay**. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, Chicago, v. 12, n. 2, p. 305-332, dez. 1987. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3173988>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

WOLFF, C. S. Profissões, trabalhos: coisas de mulheres. **Revista Estudos Feministas**, 2010.